



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

ID Cidades/TC/ES: 2026.500E0600002.01.0001

UASG: 925021

Sistema: ComprasGov

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS**, doravante denominada **SEGER**, com sede na Avenida Vitória, 2703, Bairro Horto, Vitória/ES, CEP: 29045-160, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL)**, conforme processo e-Docs 2025-K21B7, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1 - O objeto da presente licitação é **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL)**, visando atender a unidades consumidoras do Governo do Estado do Espírito Santo, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2 - A licitação será realizada em grupo único, formados por itens, conforme tabela constante do Anexo I deste Edital, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo.

1.3 - Os preços máximos admitidos para a presente licitação são os que constam no Anexo I deste Edital.

1.4 - Início de acolhimento das propostas: 04/02/2026.

1.5 - Data e horário da sessão pública: 25/02/2026 às 09:00h.

1.6 - O modo de disputa será o aberto e fechado.

1.7 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por grupo de itens.

1.8 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento próprio de cada Órgão atendido pela contratação.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor).

2.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas, a fim de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

garantir que seu cadastro esteja aprovado e seu login e senha de acesso liberados até a data da abertura da licitação.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 - Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte ou para os beneficiários congêneres, em razão da vedação prevista no art. 4º, § 1º, I, e §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/2021.

2.6 - Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.3 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.4 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.5 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.6 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.7 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.6.8 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

2.7 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento ocorrem antes da fase de habilitação.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

3.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

3.5 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.6 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.8.3 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.9 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados, considerando no máximo 02 (duas) casas decimais, inclusive na etapa de lances.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4 - O licitante deverá formular sua proposta, considerando as disposições do Decreto 4.251-R, de 21 de maio de 2018, que obriga aqueles que são contratados pela Administração Pública a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advindos do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei Complementar 879/2017.

4.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico ComprasGov, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.2.1 - Durante a etapa de lances, o chat registra somente as mensagens automáticas do sistema e as enviadas pelo Pregoeiro.

5.2.2 - Apenas nas fases de julgamento e habilitação o chat poderá ser utilizado pelo licitante, quando convocado pelo Pregoeiro.

5.3 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

5.4 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.5 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

5.8 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, que será o “aberto e fechado”.

5.10 - No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.16.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

5.16.2 - Persistindo o empate, será realizado sorteio público para definição da ordem de classificação.

5.16.2.1 - A Administração informará, por meio do chat do sistema, a data e o horário do sorteio, bem como o link/URL do ambiente eletrônico em que será realizado, em portal de sorteio hospedado na internet, a critério de escolha da Administração.

5.16.2.2 - O sorteio será transmitido ao vivo em plataforma definida pela Administração, cujo acesso será disponibilizado aos participantes. Em caso de indisponibilidade técnica do portal ou da plataforma de transmissão, a Administração remarcará o ato, com nova comunicação pelo chat da sessão pública.

5.16.2.3 - O sorteio será realizado na presença de testemunhas, com lavratura de ata circunstanciada. A gravação em vídeo da transmissão, bem como os registros eletrônicos disponibilizados pelo portal de sorteio (quando houver), serão arquivados e juntados ao processo administrativo.

5.17 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.17.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.17.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.17.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.17.4 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie, em campo próprio do sistema: (i) a proposta, adequada ao último



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os (ii) Dados Complementares, observando os modelos anexos a este Edital.

5.17.5 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, que será sempre precedida de aviso antecipado no chat para acompanhamento de todos os interessados.

6 - DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 - SICAF;

6.1.2 - Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

6.1.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.4 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

6.4 - Será também desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1 - conter vícios insanáveis;

6.4.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.4.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.4.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

seus anexos, desde que insanável.

6.5 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão solicitados e apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos previstos no **Anexo E do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

7.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação não contemplados no SICAF deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do Pregoeiro.

7.3 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

7.4 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.6 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.6.1 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.7 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.8 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

7.9 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

7.10 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

8.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 - Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas ou de habilitação ou inabilitação de licitante, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, no mínimo com vinte e quatro horas de antecedência, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, acerca da abertura do prazo para manifestação imediata de que tratam os subitens seguintes:

8.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

8.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico e-Docs, no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>), sob o n.º 2025-K21B7.

9 - DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

9.2 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

9.2.1 - Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

9.2.2 - Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

9.2.3 - No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no GovBR ou no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

9.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

9.4 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

10.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5 - fraudar a licitação;

10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

10.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

10.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

10.3.1 - multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

10.3.2 - impedimento de licitar e contratar; e

10.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

10.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência item 11 e seus subitens.

11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, ou enviadas para o e-mail comprascentralizadas@seger.es.gov.br. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

11.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.4 - Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.

11.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.6 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.7 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo do Sistema de Compras do Governo Federal ("Quadro informativo"), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando os interessados obrigados a acessar o sistema para a obtenção das informações prestadas.

11.7.1 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento também poderá ser obtida mediante consulta ao processo eletrônico no e-Docs.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

12.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

12.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II - Modelos do Edital

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato

Vitória, 03 de fevereiro de 2026.

Marissol Passos Corrêa

Agente de Contratação
Portaria 099-S/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO			
Un. Gestora:	Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER		
Un. Adm. Envolvidas:	Subsecretaria de Estado de Administração Geral - SUBAD		
Responsáveis:	Rafael de Oliveira Fontes, Gustavo Mateus Ferreira e Samara de Jesus Pereira		
Data de Elab./ Atual.:	29/01/2026	Versão:	4

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Contratação de **serviços especializados de gestão e fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) proveniente de fontes incentivadas 50%, por meio de comercializadora varejista devidamente habilitada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**, visando atender a unidades consumidoras do Governo do Estado do Espírito Santo, conforme descrição, condições, quantidades, prazos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.2 A Tabela 1 a seguir apresenta, conforme avaliação realizada sobre as unidades consumidoras alvo da proposta (Anexo A), os montantes de energia a serem fornecidos em cada período estabelecido, que constituem os itens da contratação.

Tabela 1 – Lote único da contratação.

Item	Período	Código SIADES	Código ComprasGov	Descrição / Especificação	MW Méd.	Energia [MWh]	Valor Unitário [R\$]	Valor Total [R\$]
1	2026 (após 01/07/2026)	288629	27863	ENERGIA ELETRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE - TIPO ENERGIA: INCENTIVADA / RENOVÁVEL; MODALIDADE: VAREJISTA PREÇO FIXO COM ENCARGOS; PERÍODO: 01	6,98	30.576	280,95	8.590.404,22
2	2027	288631	27863	ENERGIA ELETRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE ... PERÍODO: 02	6,98	61.152	287,66	17.591.224,03
3	2028	288627	27863	ENERGIA ELETRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE ... PERÍODO: 03	6,98	61.152	273,73	16.739.000,58
4	2029	288626	27863	ENERGIA ELETRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE ... PERÍODO: 04	6,98	61.152	247,56	15.138.621,78
5	2030	288628	27863	ENERGIA ELETRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE ... PERÍODO: 05	6,98	61.152	253,06	15.475.227,68
6	2031	288630	27863	ENERGIA ELETRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE ... PERÍODO: 06	6,98	30.576	234,00	7.154.758,38
TOTAL DA CONTRATAÇÃO					6,98	305.759	R\$ 80.689.236,67	

- 1.3 Relativamente ao item 1 do objeto da contratação, correspondente ao Período 01 apresentado na Tabela 1, previsto para o ano de 2026, o volume de energia foi estimado considerando o início do fornecimento a partir do segundo semestre desse exercício, resultando na contratação de montante equivalente à metade do volume anual previsto na Tabela 2. Caso a assinatura do contrato venha a ocorrer após o marco temporal



inicialmente previsto para o início do suprimento, implicando redução do período efetivo de fornecimento em 2026, o volume contratado para o Período 01 será ajustado proporcionalmente ao tempo remanescente do ano. Eventual diferença de volume poderá ser incorporada ao Período 06 (ano de 2031), mantendo-se os valores unitários estabelecidos nesta contratação.

- 1.4 Todos os itens apresentados na Tabela 1 integram um lote único de contratação, conforme justificativa apresentada no subitem 2.7. Entretanto, serão firmados 9 (nove) contratos distintos, correspondentes a cada um dos órgãos e entidades participantes da contratação, cujos montantes de energia referentes a 12 (doze) meses foram avaliados com base nos consumos de 2024 e 2025 de unidades consumidoras do grupo A sob suas titularidades. Esses valores estão apresentados na Tabela 2, com maiores detalhes e informações complementares no Anexo B.

Tabela 2 - Órgãos e entidades participantes da contratação.

N	Órgão	Sigla	CNPJ	Qtde. UCs	MW Méd.	Energia 12 meses [MWh]	Energia 60 meses [MWh]
1	Secretaria de Estado da Saúde	SESA	27.080.605/0001-96	13	1,24	10.868	54.341
2	Secretaria de Estado da Justiça	SEJUS	36.388.023/0001-62	29	1,22	10.730	53.652
3	Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo	PRODEST	28.162.790/0001-20	1	0,41	3.570	17.850
4	Hospital da Polícia Militar do Espírito Santo	HPM	04.371.703/0001-87	1	0,23	2.000	9.998
5	Polícia Militar do Estado do Espírito Santo	PMES	27.476.373/0001-90	10	0,32	2.780	13.898
6	Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo	IASES	30.967.111/0001-32	6	0,27	2.335	11.674
7	Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos	SEGER	07.162.270/0001-48	3	0,19	1.685	8.423
8	Secretaria de Estado da Educação	SEDU	27.080.563/0001-93	186	2,69	23.595	117.977
9	Fundação Inova Capixaba	INOVA	36.901.264/0001-63	3	0,41	3.590	17.948
TOTAL DOS ÓRGÃOS PARA CONTRATAÇÃO				252	6,98	61.152	305.759

- 1.5 Trata-se de lote único com ponto de entrega no Submercado Sudeste/Centro-Oeste, no qual todas as unidades consumidoras do Governo do Estado do Espírito Santo, distribuídas em diferentes CNPJs, conforme apresentados na Tabela 2, encontram-se inseridas.
- 1.6 Não obstante a lista de órgãos e entidades para os quais a contratação se destina, conforme apresentada na Tabela 1, a **SEGER**, Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos, será a unidade promotora do certame, performando ainda o papel de governança sobre o projeto como um todo, conferindo a esta prerrogativas associadas à solicitação de dados e informações acerca da contratação em todas as suas etapas, bem como proposição de melhorias e adequações entendidas como necessárias para a boa gestão do processo e eficiência da contratação e da utilização dos recursos públicos.
- 1.7 A contratação abrange todas as ações indispensáveis à viabilização do fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras no ACL (também referenciado como Mercado Livre de Energia, ou simplesmente Mercado Livre), incluindo a representação do **CONTRATANTE** junto à CCEE, a realização de medições, a liquidação financeira, e o



cumprimento de todas as obrigações regulatórias e acessórias pertinentes, bem como a execução de adequações e/ou intervenções técnicas necessárias nas unidades consumidoras à plena operacionalização do suprimento, como as apresentadas nos subitens 3.13, 4.2.3.1 e 4.2.3.2, sem prejuízo de outras que se façam necessárias.

- 1.8 Na formação do preço a ser apresentado, as licitantes deverão observar os itens a seguir, os quais deverão compor o valor unitário a ser apresentado para os serviços:
- 1.8.1 Suprimento no Ambiente de Contratação Livre (ACL), modalidade varejista, de energia elétrica proveniente exclusivamente de fontes renováveis (energia incentivada 50%) com fornecimento de certificado de energia renovável;
 - 1.8.2 Despesas mensais com Encargo de Energia de Reserva (EER), Encargo de Serviço do Sistema (ESS), Encargo de Potência para Reserva de Capacidade (ERCAP), taxa de mensalidade na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tributos, penalidade por insuficiência de lastro de potência e todos os demais compromissos, taxas e emolumentos relacionados à CCEE existentes ou que venham a ser criados e recaiam sobre o consumo;
 - 1.8.3 Flexibilidade de acordo com o montante contratado \pm 30%;
 - 1.8.4 Tributos federais PIS e COFINS, conforme percentuais estabelecidos;
 - 1.8.5 Para efeito de esclarecimento, sobre o valor total ofertado não deverá ser considerada parcela de ICMS aplicável pela legislação vigente;
 - 1.8.6 As variações de carga tributária decorrentes da implementação regular da reforma tributária, nos termos da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da Lei Complementar nº 214/2025, bem como as regras de transição para implementação do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS e da Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS, em substituição aos tributos atualmente incidentes sobre a cadeia de fornecimento de energia elétrica;
 - 1.8.7 A oposição à renovação automática dos Contratos de Compra de Energia Regulada (CCER) e aditivos aos Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) Cativo, formalizada junto à EDP Espírito Santo em **21 de novembro de 2025**, assim como a intenção de migração ao Ambiente de Contratação Livre (ACL) para aquisição de 100% (cem por cento) da energia das unidades contempladas nessa contratação a partir de **1º de julho de 2026**.
- 1.9 Em linhas gerais, nos preços apresentados estão incluídas todas as despesas que incidam sobre o objeto, tais como impostos, encargos sociais e setoriais, taxas, fretes, seguros, carga e descarga, custos com possíveis adequações e/ou obrigações acessórias, custos com a CCEE e quaisquer outros custos de qualquer natureza que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços desta licitação.
- 1.10 O objeto a ser contratado não se enquadra como sendo bem de luxo, sendo, portanto, de natureza comum, pois têm especificações usuais, caracterizando-se por padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos e entendidos pelo



mercado, bem como características e qualidade estritamente suficientes e necessárias para o atendimento do interesse público, na forma do Decreto Estadual nº 5.352-R, de 28 de março de 2023, e conforme justificado no subitem 2.3 deste Termo de Referência.

- 1.11 O prazo de vigência contratual é de 60 (sessenta) meses, incluindo o tempo necessário do período de denúncia, podendo ser, a critério da Administração, prorrogado até o prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses, na forma como estabelecido no Art. 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
 - 1.11.1 Em caso de circunstância que impeça a publicação no PNCP, o extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, sendo sua vigência contada a partir do dia posterior ao da publicação, nos termos do parágrafo único do art. 4º do Decreto 5.545- R/2023.
- 1.12 O regime de execução adotado para a presente contratação será o de empreitada por preço unitário, sendo o valor pago baseado na quantidade efetivamente consumida de energia elétrica, e iniciando-se os pagamentos regulares a partir da medição de fornecimento de energia elétrica proveniente do ACL, homologada pela CCEE, após processo de migração das unidades consumidoras para este ambiente.
- 1.13 O objeto associado ao contrato é enquadrado como continuado tendo em vista a natureza constante quanto à necessidade do fornecimento de energia elétrica para o devido funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública, sendo a vigência plurianual não apenas mais vantajosa, mas aquela que torna viável a contratação, considerando informações contidas no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.14 Integram este Termo de Referência os Anexos A a G, cabendo às partes o pleno conhecimento destes documentos, sendo:
 - 1.14.1 Anexo A – Lista de unidades consumidoras do grupo A;
 - 1.14.2 Anexo B – Consumos e demandas das unidades consumidoras;
 - 1.14.3 Anexo C – Modelo de declaração de vistoria;
 - 1.14.4 Anexo D – Modelo de declaração formal de não realização de vistoria
 - 1.14.5 Anexo E – Exigências de habilitação;
 - 1.14.6 Anexo F – Valores contratuais dos órgãos e entidades;
 - 1.14.7 Anexo G – Glossário.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Necessidade de contratação e quantitativos

- 2.1.1 A energia elétrica é um dos mais importantes recursos da sociedade, com



representatividade direta nas transformações e avanços percebidos ao longo da história humana, o que, à sua medida, também se configura em relação ao poder público, visando a manutenção de sua relevância e atuação no atendimento às demandas e necessidades da população.

- 2.1.2 Desta forma, como apontado no Estudo Técnico Preliminar, documento que precedeu este instrumento, tem-se observado no Poder Executivo estadual um cenário de aumento do consumo de energia elétrica nos órgãos e entidades, bem como nos custos associados, representando, as unidades consumidoras de média tensão (MT), com mais de 75% de ambos os parâmetros.
- 2.1.3 Não apenas por questões meramente de atendimento ao consumo interno ou de redução nos custos governamentais, a contratação trata de ação que busca demonstrar o compromisso do estado com o consumo consciente de energia elétrica, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a preservação dos recursos naturais, ao se buscar que a energia a ser utilizada pelas estruturas governamentais tenha garantia de proveniência de fontes renováveis.
- 2.1.4 Diante dessas questões, a SEGER propôs a contratação de comercializadora varejista para fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) como solução viável para atender cerca de 82% do consumo em média tensão do governo estadual (61.152 MWh/ano – 6,98 MW médios) e reduzir os gastos relacionados, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.
- 2.1.5 Considerando o perfil das unidades consumidoras objeto da análise, a maioria com demanda inferior a 500 kW, a adesão à modalidade varejista torna-se não apenas obrigatória, conforme a Resolução ANEEL nº 1.081/2023 e a Portaria MME nº 50/2022, mas também a alternativa mais eficiente. Essa modalidade dispensa a habilitação direta na CCEE e simplifica a operação, reduzindo custos operacionais e exigências regulatórias.
- 2.1.6 A modalidade varejista com preço fixo e encargos inclusos, permitirá que os órgãos e entidades públicas tenham maior flexibilidade no planejamento de suas demandas energéticas e previsibilidade orçamentária, propiciando ao Estado do Espírito Santo o suprimento de suas necessidades energéticas de forma mais eficiente e sustentável.

2.2 Entidade promotora do certame

- 2.2.1 A opção de realizar processo licitatório centralizado na **SEGER** tem como objetivo a integridade do projeto, permitindo que a implantação da solução seja feita de forma planejada e monitorada, consolidando como estratégia de governo voltada à mudança de paradigma quanto ao consumo eficiente e responsável de energia elétrica no estado, cabendo à **SEGER** a sua governança.
- 2.2.2 A contratação do objeto deste Termo de Referência está diretamente atrelada aos projetos estratégicos da **SEGER** e tem como objetivo o cumprimento de sua missão institucional, além de contribuir com o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos em seu Planejamento Estratégico.



- 2.2.3 Tais premissas fazem com que, devido a aspectos voltados à governança geral do projeto, de forma a se buscar o atendimento aos princípios de eficiência, eficácia, economicidade, uniformidade e regularidade, a **SEGER** seja parte interessada nos procedimentos de execução e de gestão dos contratos e, portanto, passível de acompanhamento do exercício destes.

2.3 Classificação da natureza como comum

- 2.3.1 Conforme estabelecido no inciso XIII, Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, bens e serviços comuns são “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.
- 2.3.2 Portanto, comuns são os serviços caracterizados como rotineiros, padronizados e geralmente disponíveis no mercado, os quais não requerem projeto ou detalhamento técnico complexo para sua realização, podendo ser objetivamente contratados sob critérios básicos como prazos, quantidades, padrões de qualidade e de valores estabelecidos.
- 2.3.3 A natureza da contratação como sendo comum, segundo os preceitos estabelecidos na regulamentação vigente, encontra-se amparada em face do reconhecimento de que:
- 2.3.3.1 A comercialização de energia no ACL é regida por normas e procedimentos padronizados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e da CCEE, que estabelecem critérios uniformes de contratação, representação e liquidação. Essa uniformização reduz a complexidade técnica do objeto, permitindo definição objetiva de requisitos de desempenho e qualidade.
- 2.3.3.2 Os parâmetros que definem o fornecimento e gestão da energia no ACL são comuns e usuais no mercado, facilmente encontráveis em propostas de diferentes comercializadoras, com pequena variação de formato, a partir de contratos com variáveis objetivamente comparáveis, como preço do MWh, encargos e taxas administrativas, percentual de energia incentivada, prazo contratual e condições de reajuste. Esses elementos são quantificáveis e avaliáveis de forma objetiva, sem necessidade de juízo técnico especializado.
- 2.3.3.3 A aquisição de energia a partir do ACL já se encontra amplamente difundida e consolidada no setor privado. Segundo dados do *Boletim da Energia Livre*, edição de setembro de 2025, publicado pela Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL), 94% do consumo industrial no Brasil, e 45% do comercial, encontram-se no Mercado Livre. Só no Estado do Espírito Santo há, aproximadamente, 1.900 (mil e novecentas) unidades consumidoras atendidas nesse ambiente, representando cerca de 48% do consumo de energia elétrica do estado.



2.3.3.4 A evolução do Mercado Livre de Energia indica que essa modalidade tem se consolidado como uma alternativa interessante e recomendada para diversos consumidores, com participação crescente de agentes públicos em processos licitatórios, evidenciando sua capacidade de promover, de forma segura, a redução, a curto prazo, dos custos com energia elétrica.

2.3.4 As adequações técnicas eventualmente necessárias durante o período de migração restringem-se a intervenções simples e padronizadas nos Sistema de Medição de Faturamento (SMF), exigidas pela regulamentação setorial e pelos procedimentos operacionais das distribuidoras e da CCEE, destinando-se exclusivamente a viabilizar a migração e o início do fornecimento de energia no ACL. Tais atividades não constituem o objeto principal da contratação, não possuem natureza especial ou intelectual e são plenamente suscetíveis de especificação objetiva quanto a métodos, materiais e resultados esperados.

2.4 Economia da contratação

2.4.1 Atualmente, as 252 (duzentas e cinquenta e duas) unidades consumidoras dos 9 (nove) órgãos e entidades do Governo Estadual cobertos por esta contratação têm fornecimento de energia elétrica realizado a partir do Mercado Cativo, sendo suprido diretamente pela distribuidora local, em um modelo com tarifas reguladas pela ANEEL. Nesse modelo não há liberdade de negociação quanto ao preço, ao prazo ou às condições comerciais, estando, inclusive, sujeitas à aplicação de tarifas adicionais em função de condições menos favoráveis de geração (acionamento das bandeiras tarifárias amarela ou vermelha).

2.4.2 A contratação no ACL é fundamentada em estudos técnicos que apontam maior eficiência energética e significativa redução de custos devido à flexibilidade para negociar diretamente com fornecedores, além da possibilidade de obter descontos de 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulamentação vigente.

2.4.3 A solução abordada se constitui em uma oportunidade para que o Governo do Estado do Espírito Santo reduza suas despesas correntes com energia elétrica, migrando parcela significativa do seu consumo das unidades de média tensão do Mercado Cativo para o Mercado Livre.

2.4.4 A viabilidade econômica reforça essa escolha, e a análise comparativa realizada indica que a migração pode gerar uma economia entre 25% e 30% em 5 (cinco) anos, considerando a aquisição de energia incentivada 50%, com esse percentual de desconto na TUSD.

2.5 Aspectos de sustentabilidade ambiental

2.5.1 Além do aspecto econômico proporcionado pela obtenção de energia no ACL, a contratação une o benefício da sustentabilidade ambiental, assunto de suma importância para a sociedade e encampado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, ao estabelecer a aquisição de energia proveniente de fontes renováveis,



como pequenas centrais hidrelétricas (PCH), usinas eólicas ou solares.

- 2.5.2 A contratação de energia incentivada fortalece o compromisso com a sustentabilidade, garantindo ao Governo do Estado a prerrogativa do uso de energia renovável para as unidades consumidoras do grupo A dos órgãos e entidades participantes da proposta, capazes de evitar a emissão de 18.900 toneladas de CO₂ ao longo dos 5 (cinco) anos de fornecimento de energia.
- 2.5.3 A iniciativa está alinhada com o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030, que prioriza a eficiência energética e a redução de custos na gestão pública.

2.6 Prazo de contratação

- 2.6.1 A energia elétrica, por se tratar de um insumo essencial e indispensável à manutenção das condições de vida da sociedade e ao funcionamento das atividades administrativas e produtivas, configura-se como serviço de natureza contínua e estratégica. Sua contratação visa assegurar a operacionalização ininterrupta das instalações, evitando prejuízos à execução das políticas públicas e à prestação de serviços à população. Isto posto, fica claro que sua necessidade é essencial, contínua e regular, ou seja, trata-se de uma necessidade pública permanente.
- 2.6.2 Nesse contexto, um dos requisitos da contratação diz respeito à necessidade de que esta se viabilize sob períodos de tempo que caracterizem a continuidade do atendimento. Logo, é necessária a consideração de uma contratação de longo prazo dentro do ACL.
- 2.6.3 O prazo de 60 (sessenta) meses é tecnicamente justificado e economicamente vantajoso para a Administração Pública sob os seguintes aspectos:
 - 2.6.3.1 É inviável a realização de processos licitatórios recorrentes para atender a uma demanda sabidamente contínua, assegurando maior estabilidade nas condições pactuadas, favorecendo a eficiência administrativa e diminuindo custos indiretos de transação.
 - 2.6.3.2 No ACL, contratos de longo prazo permitem melhores condições comerciais, pois reduzem riscos de volatilidade de preços e facilitam o planejamento energético dos geradores e comercializadoras.
 - 2.6.3.3 Alterações regulatórias promovidas pela ANEEL podem modificar condições tarifárias, regras de contratação e encargos setoriais, gerando incertezas para os consumidores institucionais. Ao passo que contratações mais estendidas facultam a não aplicação de novas regras do setor durante a vigência do contrato.
 - 2.6.3.4 O art. 106 da Lei nº 14.133/2021 autoriza a celebração de contratos com vigência superior a 12 (doze) meses quando houver justificativa de economia e natureza continuada do serviço, o que se aplica ao fornecimento de energia elétrica, essencial à continuidade das



atividades administrativas e operacionais do Estado.

- 2.6.4 O contrato de longo prazo previsto assume a condição de essencialidade do fornecimento de energia elétrica e de continuidade da prestação do serviço (serviço e fornecimento contínuos), posto que, não havendo a contratação da comercializadora varejista para fornecer energia do ACL, os órgãos e entidades da Administração Pública têm o compromisso de arcar com os custos contínuos do consumo de energia elétrica no mercado cativo para funcionamento das suas instalações físicas.
- 2.6.5 De forma recorrente, contratos com vigência igual ou superior a 5 (cinco) anos têm sido adotados por diversos entes e órgãos públicos para este tipo de contratação, existindo processos análogos já realizados, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

2.7 Divisão em lotes

- 2.7.1 Com fundamento no inciso I do § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a contratação do objeto tratado neste Termo de Referência será realizada em lote único, abrangendo todas as unidades consumidoras participantes dos 9 (nove) órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, pelos seguintes motivos:
- 2.7.1.1 O não parcelamento da licitação assegura que a **CONTRATADA** detenha maior capacidade técnica e operacional para gerenciar as oscilações de demanda das unidades consumidoras de todos os órgãos e entidades participantes, permitindo a alocação eficiente da energia e reduzindo o risco de exposição a penalidades por desvios de consumo;
- 2.7.1.2 A homogeneidade do objeto, considerando energia elétrica fornecida no submercado Sudeste/Centro-Oeste, com condições técnicas e comerciais idênticas para todas as unidades consumidoras, permite a padronização contratual e de gestão, simplificando o processo de contratação e a execução contratual;
- 2.7.1.3 A adoção de lote único promove racionalização administrativa, com um único processo licitatório e uma única **CONTRATADA**, além de permitir gestão unificada e simplicidade operacional pela comercializadora varejista, que representará todas as unidades consumidoras de forma centralizada junto à CCEE, otimizando o controle, a conformidade regulatória e a supervisão contratual;
- 2.7.1.4 A consolidação da demanda em uma única negociação garante maior volume de energia contratada, ampliando o poder de negociação do Estado e possibilitando a obtenção de preços mais competitivos e condições contratuais mais vantajosas.
- 2.7.1.5 Todos os serviços a serem contratados estão diretamente vinculados à atividade de comercialização varejista de energia elétrica, a qual depende de autorização específica da Agência Nacional de Energia



Elétrica – ANEEL e da observância da Resolução Normativa ANEEL nº 1.011/2022. Assim, a execução integrada por uma única contratada assegura uniformidade regulatória, mitigação de riscos operacionais, coerência na representação das unidades consumidoras perante a CCEE e eficiência na gestão contratual.

- 2.7.2 Ressalta-se que, embora o objeto não seja parcelado em lotes, serão celebrados contratos distintos com cada órgão ou entidade participante, respeitando-se a autonomia administrativa e a individualidade jurídica de cada **CONTRATANTE**.
- 2.7.3 A opção pelo lote único não restringe a competitividade da licitação, uma vez que existem diversas comercializadoras varejistas aptas a atender ao volume consolidado de energia. Assim, a medida resulta em ganhos de escala, eficiência na gestão contratual e economicidade global para a Administração Pública estadual.
- 2.7.4 Eventuais atividades acessórias que não demandem autorização específica da ANEEL são indissociáveis da execução principal, funcionando como suporte técnico-operacional indispensável à adequada comercialização, gestão contratual e conformidade regulatória do fornecimento de energia no ACL.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1 A presente contratação tem por objeto final a gestão e o fornecimento de energia elétrica proveniente exclusivamente de fontes renováveis, com incentivo de 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), no Ambiente de Contratação Livre (ACL), na modalidade varejista, para atendimento de unidades consumidoras de distintos órgãos e entidades do Governo do Estado do Espírito Santo localizadas no Submercado Sudeste.
- 3.2 A contratação de que trata o presente Termo de Referência se baseia no disposto na Lei nº 10.848/2004 e no Decreto nº 5.163/2004. Essa operação também está sujeita às regulamentações da ANEEL, à Convenção de Comercialização da CCEE, às Regras e aos Procedimentos de Comercialização, aos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (PRODIST), bem como às demais disposições legais e normativas vigentes ou que venham a substituí-las.
- 3.3 Compra por meio de comercializadora varejista habilitada na CCEE, que será responsável por toda a representação do **CONTRATANTE** e junto ao mercado e pela gestão operacional e financeira da energia, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 570/2013.
- 3.4 O contrato terá vigência total de 60 (sessenta) meses consecutivos, contados a partir de sua publicação no PNCP, englobando o período de migração do ACR para o ACL e o fornecimento efetivo de energia elétrica a partir deste último ambiente.
- 3.5 O fornecimento de energia a partir do ACL terá início no segundo semestre de 2026, após a realização das etapas técnicas e regulatórias de migração, em conformidade com os



prazos e procedimentos estabelecidos pela ANEEL e pela CCEE.

- 3.5.1 A etapa de migração das unidades consumidoras para o Ambiente de Contratação Livre deverá ser integralmente concluída no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de publicação do contrato no PNCP, observados os prazos regulatórios aplicáveis e os procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e da distribuidora local.
- 3.5.2 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, mediante justificativa formal e aceitação do CONTRATANTE, exclusivamente nas hipóteses de ocorrência de caso fortuito ou força maior, fato imputável à Administração, atraso decorrente de atos de terceiros indispensáveis à migração (distribuidoras, CCEE ou agentes setoriais) ou outras situações devidamente comprovadas que não sejam imputáveis à CONTRATADA.
- 3.6 O cronograma detalhado da migração deverá ser definido e apresentado pela **CONTRATADA** para validação do **CONTRATANTE**, observando os marcos regulatórios aplicáveis e eventuais adequações nas unidades consumidoras necessárias à plena migração para o ACL.
- 3.7 A energia elétrica a ser fornecida deverá ser proveniente de fonte incentivada, na modalidade de preço fixo anual, com entrega no centro de gravidade do Submercado Sudeste.
- 3.8 A **CONTRATADA** deverá garantir que a energia fornecida se enquadre como incentivada, assegurando o desconto na TUSD de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), bem como adotar todas as providências necessárias para que a **CONTRATANTE** usufrua do referido benefício.
- 3.9 O fornecimento será realizado com flexibilidade contratual de $\pm 30\%$ sobre o montante de 6,98 MW médios estimados, mantendo-se os preços e as condições estabelecidos no contrato. Tal variação será absorvida pela **CONTRATADA** sem aplicação de penalidades ou ônus adicionais à **CONTRATANTE**.
- 3.10 A origem da energia deverá ser comprovada mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de Certificados de Garantia de Origem da Energia no padrão I-RECs (International Renewable Energy Certificates), vinculados à energia efetivamente consumida pelas unidades consumidoras. Esses certificados deverão ser válidos, auditáveis e compatíveis com as recomendações do GHG Protocol, garantindo rastreabilidade, transparência e não sobreposição de créditos.
- 3.11 A quantidade de UCs poderá sofrer alterações, podendo haver inclusão, exclusão ou substituição, a critério da **CONTRATANTE**, observando os critérios estabelecidos pela CCEE, e que deverão ser precedidas de aditivo contratual, considerando o limite estabelecido pela legislação em vigor.
- 3.12 O reajuste dos valores será anual, com base no IPCA, índice oficial de inflação do país, amplamente adotado em contratos públicos de fornecimento de energia.



- 3.13 Caberá à **CONTRATADA** realizar todas as adequações necessárias para a migração das unidades consumidoras ao ACL, incluindo intervenções no Sistema de Medição de Faturamento (SMF), bem como instalação dos sistemas *Grid Zero* e dos relés de proteção 32 nas unidades que possuam geração distribuída (apontadas no Anexo B), em conformidade com as exigências técnicas da distribuidora local.
- 3.14 Caberá à **CONTRATADA** também os serviços associados à modulação horária e sazonalização conforme o perfil de carga, ficando toda gestão sob sua responsabilidade, com fiscalização da equipe técnica do Estado.
- 3.15 Os preços ofertados devem considerar e englobar todos os custos e obrigações que recaiam sobre o consumo e que a **CONTRATADA** arcará perante a CCEE para a plena execução do objeto da licitação, tais como: encargos de segurança energética, encargos de serviços do sistema, encargos de energia de reserva, encargos por insuficiência de lastro, aporte de garantias do mercado de curto prazo, liquidação financeira do mercado de curto prazo, contribuição associativa, além de todos os demais compromissos, taxas e emolumentos relacionados à CCEE existentes ou que venham a ser criados e recaiam sobre o consumo.
- 3.16 A solução contratual compreende todas as fases necessárias à transição e ao fornecimento de energia elétrica incluindo planejamento da migração, adequação e homologação do sistema de medição e faturamento, adequação de sistemas de geração, adesão ou vinculação à CCEE, contratação no ACL, fornecimento contínuo durante a vigência contratual remanescente, monitoramento do desempenho energético, cumprimento de obrigações regulatórias e comerciais, capacitação e encerramento contratual ao término do período de vigência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

- 4.1.1 Os próprios fins aos quais se destinam o objeto de contratação, por si só, já trazem consigo a premissa básica de atender critérios de sustentabilidade no âmbito do governo estadual, na forma como apresentado nos Estudos Técnicos Preliminares.
- 4.1.2 Dentre estes critérios, pode-se citar a garantia de fornecimento e utilização de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis, a preservação de recursos naturais, o enfrentamento dos desafios climáticos, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a obtenção de créditos de carbono.
- 4.1.3 Essa garantia vem da exigência de que a energia seja 100% proveniente de fontes renováveis no Ambiente de Contratação Livre, com característica de energia incentivada, conforme regulamentação da ANEEL e da CCEE, ação alinhada aos avanços relacionados aos impactos diretos do tema ESG (Environmental, Social and Governance – Ambiental, Social e Governança).
- 4.1.4 Para tanto, a empresa **CONTRATADA** deverá fornecer ao Governo do Estado



do Espírito Santo certificados I-REC (International Renewable Energy Certificates) proporcionais à energia contratada, conforme o padrão internacional do I-REC Standard, conferindo rastreabilidade e autenticidade à origem da energia consumida.

4.1.5 Fornecer, anualmente, relatório de conformidade ambiental e energética, contendo:

4.1.5.1 A origem das fontes de energia fornecida;

4.1.5.2 Os certificados de energia renovável utilizados;

4.1.5.3 A estimativa de emissões evitadas (tCO₂e) em relação à energia convencional do Sistema Interligado Nacional (SIN);

4.1.5.4 Eventuais ações de compensação ou neutralização adotadas.

4.2 Subcontratação

4.2.1 A **CONTRATADA** será integralmente responsável pela execução dos serviços objeto deste contrato, sendo admitida a subcontratação parcial do objeto, restrita aos serviços acessórios e de apoio técnico-operacional, relacionados às adequações físicas e elétricas necessárias em unidades consumidoras, casos expressamente autorizados neste Termo de Referência, conforme disposições do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, e, ainda assim, desde que haja autorização formal do **CONTRATANTE**.

4.2.2 A presente admissão, devidamente justificada conforme o disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021, fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos:

4.2.2.1 A subcontratação permite que o vencedor do certame concentre seus recursos e esforços em suas competências e negócio principais, possibilita a redução de custos com pessoal e execução de atividades que são intermitentes ou por demanda, propicia aumento de eficiência operacional, maior rapidez na execução contratual e acesso a expertise especializada em áreas específicas do todo, e se constitui como um instrumento para oportunizar a participação de empresas de pequeno porte em projetos e contratos maiores.

4.2.2.2 Adequações físicas e eletrotécnicas eventualmente necessárias nas unidades consumidoras requerem especialização técnica específica em instalações elétricas, não necessariamente inerente à atividade-fim da comercializadora varejista, justificando a possibilidade de subcontratação desses serviços especializados.

4.2.2.3 A complexidade e a dispersão geográfica das unidades consumidoras do Governo do Estado demandam, em alguns casos, adequações locais de infraestrutura elétrica, cujas condições variam conforme o ponto de conexão. Permitir a subcontratação desses serviços viabiliza maior agilidade na execução, reduz custos logísticos e melhora a eficiência



operacional.

- 4.2.2.4 A subcontratação amplia a competitividade do certame, permitindo que comercializadoras varejistas sem estrutura própria para execução física das adequações possam participar da licitação, desde que apresentem gestão integrada e contratualmente responsável pelos subcontratados.
- 4.2.3 A **CONTRATADA** poderá subcontratar parcialmente ou integralmente somente as atividades relacionadas aos serviços e obras de engenharia que se referem à:
 - 4.2.3.1 Adequação do sistema de medição de faturamento (SMF) das unidades consumidoras para as quais for estabelecida a necessidade, atendendo aos requisitos técnicos solicitados pela concessionária local;
 - 4.2.3.2 Instalação do sistema *Grid zero* e da proteção por relé 32 nas unidades com sistema de geração distribuída (SGD), apontadas no Anexo B.
- 4.2.4 Todos os demais serviços, incluindo, mas não se limitando aos seguintes, deverão ser executados diretamente pela **CONTRATADA**, sem possibilidade de subcontratação:
 - 4.2.4.1 Fornecimento de certificado de energia renovável;
 - 4.2.4.2 Flexibilidade de consumo ($\pm 30\%$);
 - 4.2.4.3 Gestão de encargos, penalidades e representação na CCEE;
 - 4.2.4.4 Sazonalização e modulação horária;
 - 4.2.4.5 Fator de perdas;
 - 4.2.4.6 Reembolso da TUSD.
- 4.2.5 A subcontratação não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE** quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.
- 4.2.6 A **CONTRATADA** permanece plenamente responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à qualidade, prazos e custos dos serviços subcontratados.
- 4.2.7 No caso de subcontratação, a **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, apresentar Termo de Compromisso, Público ou Particular, assinado entre as partes, dando fé da existência da subcontratação, devendo constar no mínimo as seguintes informações:
 - 4.2.7.1 Razão social das empresas envolvidas;
 - 4.2.7.2 Objeto da subcontratação, prazo de duração dos contratos;
 - 4.2.7.3 Declaração expressa de que a **CONTRATADA** se mantém como



responsável pela totalidade das obrigações assumidas no instrumento contratual com o **CONTRATANTE**, devendo esta exigência não importar limites à responsabilidade advinda do exercício das atribuições legais da subcontratada e de seus profissionais na execução do instrumento contratual.

- 4.2.8 A subcontratação depende de autorização prévia por parte do **CONTRATANTE**, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.
- 4.2.9 Para tanto, a **CONTRATADA** que pretenda utilizar subcontratação, deverá apresentar, com 30 (trinta) dias de antecedência do início da subcontratação, a indicação expressa dos serviços que caberão à subcontratada.
- 4.2.10 Não será permitido faturamento em nome das subcontratadas.

4.3 Participação de consórcios

- 4.3.1 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto desta contratação.
- 4.3.2 A presente vedação, devidamente justificada conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos e jurídicos:
 - 4.3.2.1 O objeto contratual requer registro individualizado e ativo na CCEE, sendo indelegável a responsabilidade técnica e financeira pela representação das unidades consumidoras perante a CCEE e a ANEEL;
 - 4.3.2.2 A execução do contrato demanda responsabilidade direta, integral e indivisível da **CONTRATADA** quanto à medição, liquidação financeira, gestão de lastro e cumprimento de obrigações regulatórias. A divisão dessas responsabilidades entre consorciadas poderia comprometer a rastreabilidade e o controle regulatório, além de aumentar o risco operacional;
 - 4.3.2.3 O mercado de comercialização de energia é amplamente consolidado e competitivo, com diversas empresas individualmente habilitadas e capacitadas a atender ao volume de energia previsto, não havendo necessidade técnica nem econômica que justifique a formação de consórcios;
 - 4.3.2.4 A formação de consórcios poderia ainda dificultar a gestão e a fiscalização contratual, especialmente no tocante à responsabilização solidária, à apuração de falhas de execução e à eventual aplicação de penalidades, contrariando os princípios da eficiência e da segurança jurídica previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.3.3 A vedação ora estabelecida não reduz a competitividade do certame, uma vez que há número suficiente de comercializadoras varejistas devidamente



registradas e habilitadas na CCEE aptas a participarem individualmente da licitação.

4.4 **Garantia de execução contratual**

- 4.4.1 A contratação conta com garantia da contratação, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.
- 4.4.2 A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da vigência do contrato, comprovante de prestação de garantia, quando optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.
- 4.4.3 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.4.4 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por 30 dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.4.5 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.4.6 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 4.4.7.
- 4.4.7 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.4.8 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 4.4.8.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 4.4.8.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 4.4.8.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 4.4.9 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os



eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

- 4.4.10 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica, aberta pela contratante, com correção monetária.
- 4.4.11 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 4.4.12 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.4.13 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.4.14 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 4.4.15 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.4.15.1 O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 4.4.15.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.4.16 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.4.17 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.4.18 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à



CONTRATADA.

4.4.18.1 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista em Contrato.

4.5 Vistoria

- 4.5.1 A vistoria prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao fornecedor interessado o direito de sua realização.
- 4.5.2 O agendamento das vistorias deverá observar a disponibilidade das unidades e as condições de segurança, sendo responsabilidade da licitante a coordenação logística, o registro das visitas diárias realizadas e a elaboração da declaração de vistoria, conforme modelo no Anexo C.
- 4.5.3 A vistoria será acompanhada por pelo menos 1 (um) servidor, designado pelo órgão/entidade demandante no momento da vistoria, e será realizada nas seguintes condições:
 - 4.5.3.1 A vistoria deverá ser agendada previamente e poderá ser realizada desde o dia útil seguinte ao da publicação do Edital até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;
 - 4.5.3.2 O fornecedor que desejar realizar visita deverá agendar dia e horário específico, por meio do e-mail lages@seger.es.gov.br, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento;
 - 4.5.3.3 As vistorias serão agendadas para realização de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 16:00 horas. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;
 - 4.5.3.4 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.5.4 A vistoria pode ser substituída por declaração formal de não realização de vistoria do fornecedor (Anexo D), assinada pelo seu responsável técnico, renunciando ao direito de alegar, em qualquer fase da contratação ou execução, desconhecimento das condições locais, físicas, técnicas ou operacionais das unidades consumidoras.
- 4.5.5 As declarações de vistoria ou de não realização de vistoria deverão ser anexadas à proposta de preços e constituirão condição de habilitação técnica da empresa, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento de fatos, condições ou circunstâncias que possam interferir ou desobrigar a execução contratual.



- 4.5.6 A não realização da vistoria prévia pelo fornecedor interessado ou a não apresentação de declaração formal constante no subitem 4.5.4, acarretará a sua inabilitação no procedimento licitatório.
- 4.5.7 As vistorias terão por finalidade avaliar as condições técnicas das cabines de medição das unidades consumidoras listadas no Anexo A deste Termo de Referência. O fornecedor deverá observar, entre outros aspectos, o estado da infraestrutura, a compatibilidade com os requisitos da distribuidora local, a disponibilidade de espaço físico e os parâmetros técnicos exigidos para adequação ao Sistema de Medição para Faturamento (SMF) no ACL.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução contratual

- 5.1.1 O fornecimento de energia elétrica objeto deste Termo de Referência observará, de forma integral e obrigatória, o disposto na legislação setorial vigente, nas resoluções da ANEEL, nas Regras e Procedimentos de Comercialização da CCEE, bem como nos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (PRODIST) e demais normas que venham a complementá-los, alterá-los ou substituí-los.
- 5.1.2 A execução do contrato dar-se-á sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme definido no art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, abrangendo todas as atividades, insumos, encargos e responsabilidades necessárias à operacionalização do fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL).
- 5.1.3 As partes reconhecem que o fornecimento físico (transporte da energia fornecida) não é objeto desta contratação, e estará integralmente subordinado às determinações técnicas do Operador Nacional do Sistema (ONS) e da ANEEL, inclusive em caso de decretação, pela Autoridade Competente, de racionamento de energia elétrica no Submercado de cada unidade consumidora.
- 5.1.4 A **CONTRATADA** deverá atuar como comercializadora varejista devidamente registrada e ativa na CCEE, sendo responsável pela representação técnica, comercial e regulatória das unidades consumidoras indicadas no Anexo A deste Termo de Referência, incluindo:
 - 5.1.4.1 A compra e alocação da energia elétrica contratada;
 - 5.1.4.2 O registro e a gestão de contratos de compra e venda de energia;
 - 5.1.4.3 A realização da contabilização e liquidação financeira na CCEE;
 - 5.1.4.4 O acompanhamento da medição e da qualidade dos dados medidos;
 - 5.1.4.5 O cumprimento das obrigações regulatórias e acessórias perante a CCEE, a ANEEL e a distribuidora local.



- 5.1.5 A comprovação da condição de habilitação e da manutenção da regularidade contratual junto à CCEE de que trata o item anterior, deverá ser realizada a partir da apresentação, pela **CONTRATADA**, da Certidão de Adimplemento emitida por aquela instituição, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias e válida na data de sua apresentação, observados os seguintes momentos:
- 5.1.5.1 Na fase de habilitação da licitação;
- 5.1.5.2 No ato de assinatura do contrato com o **CONTRATANTE**;
- 5.1.5.3 Periodicamente, sempre que solicitado pelo gestor ou fiscal do contrato, podendo ser estabelecido de forma mensal.
- 5.1.6 Os órgãos ou entidades da Administração Pública cujas unidades consumidoras serão as destinatárias da energia a ser adquirida junto ao Mercado Livre serão as unidades **CONTRATANTES** para o respectivo grupo de unidades consumidoras, as quais são apresentadas no Anexo A.
- 5.1.7 A entrega da energia contratada aos órgãos **CONTRATANTES** do Governo do Estado do Espírito Santo dependerá do atendimento das seguintes condições:
- 5.1.7.1 Da assinatura, pelo **CONTRATANTE**, do Contrato para Comercialização Varejista conforme modelo anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 1.011, de 29 de março de 2022, por meio da plataforma de assinatura da CCEE, para cada unidade consumidora;
- 5.1.7.2 Da assinatura, pelo **CONTRATANTE**, do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD Livre, com a concessionária de distribuição de energia elétrica local envolvida;
- 5.1.7.3 Da modelagem das unidades consumidoras do **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA** junto à CCEE;
- 5.1.7.4 Da entrega da cópia de todos os contratos firmados junto à(s) distribuidora(s) correspondentes a cada unidade consumidora com demanda contratada;
- 5.1.7.5 Da assinatura, pelo **CONTRATANTE**, de procuração específica para fins de representação junto à CCEE e as distribuidoras de energia, para a adequada gestão de energia ao longo do contrato e do processo de migração. A representação deverá vigorar tanto durante toda a vigência do contrato, de forma não exclusiva.
- 5.1.8 Também é objeto do contrato a representação continuada do **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA**, perante a CCEE, nos termos da Res. Normativa ANEEL nº 1.011/2022, especialmente art. 10 e seus parágrafos.
- 5.1.8.1 O **CONTRATANTE** deverá autorizar a **CONTRATADA** a atuar em seu nome perante a CCEE e, por esse motivo, deverá fornecer procuração específica para representação nos moldes a ser enviado pela



CONTRATADA no momento da assinatura do contrato.

- 5.1.8.2 A representação deverá vigorar durante a vigência do contrato, de forma que o **CONTRATANTE** deverá se abster de tomar qualquer ato perante a CCEE sem acordar previamente com a **CONTRATADA**.
- 5.1.9 A procuração de que trata o subitem 5.1.7.5 não exclui o direito do **CONTRATANTE** em ter perfil de visualização a todos os sistemas disponíveis pela CCEE para os agentes representados por comercializador varejista, tais como SCDE, CLIQCCEE, DRI, SIGACCEE.
- 5.1.10 O acesso aos sistemas da CCEE deve ser liberado em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação do **CONTRATANTE**.
- 5.1.11 A **CONTRATADA** deverá modelar e manter a devida atualização do perfil para cada ativo do **CONTRATANTE**, considerando as características operacionais, sazonais e históricas de uso de energia elétrica, de modo a subsidiar a gestão contratual e a otimização das estratégias de compra e comercialização no ACL.
- 5.1.12 Será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, tributos, encargos setoriais, custos e encargos de transmissão, de distribuição e de conexão, perdas de transmissão e de distribuição porventura devidas e/ou verificadas em face da disponibilização da energia elétrica contratada.
- 5.1.13 Início da execução do objeto se dará no dia posterior ao da publicação dos respectivos instrumentos contratuais no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), devendo a **CONTRATADA** promover as ações conforme apresentadas no subitem 5.3.
- 5.1.14 O período de fornecimento de energia elétrica iniciar-se-á tão logo a adequação do sistema de medição de faturamento (SMF) for concluída, assim como do sistema de geração distribuída (para os casos em que for necessária), respeitada a denúncia dos contratos vigentes para permitirem o término junto com as datas de vencimento dos atuais contratos cativos de cada unidade, junto à concessionária local.

5.2 Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2.1 A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência abrange todas as atividades e insumos necessários à plena operacionalização do fornecimento de energia elétrica no ACL, abrangendo as unidades consumidoras elencadas no Anexo A deste documento. A energia elétrica contratada será destinada ao atendimento das inicialmente 252 (duzentas e cinquenta e duas) unidades consumidoras vinculadas aos órgãos e entidades participantes, conforme especificações e endereçamento detalhados no referido anexo.
- 5.2.2 Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados de forma contínua e ininterrupta, com disponibilidade operacional 24 (vinte e quatro) horas



por dia, 7 (sete) dias por semana, de modo a garantir o adequado atendimento às obrigações regulatórias e contratuais durante todo o período do contrato.

5.3 Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas a seguir:

5.3.1.1 Suporte no processo de migração (sempre necessário):

- a) Análise dos contratos das distribuidoras;
- b) Verificar prazos para migração e multas;
- c) Análise regulatória do processo de migração;
- d) Definição de cronogramas e prazos de cada etapa do processo;
- e) Suporte no processo de migração;
- f) Execução das obras e serviços técnicos para implantação ou adequação do SMF e do SGD, seja por equipe própria ou por subcontratação, incluindo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra e demais recursos e despesas necessárias para adequar cada unidade consumidora aos padrões estabelecidos pelas normas vigentes;
 - i. A realização das adequações deverá ser planejada junto ao órgão/entidade demandante, visando minimizar o impacto do funcionamento das unidades consumidoras, e utilizando de estratégias de mitigação, como o uso de geradores;
 - ii. A **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente o **CONTRATANTE** com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da realização de qualquer desligamento ou intervenção nas instalações das unidades consumidoras;
 - iii. A execução destes serviços deverá ser acompanhada por um engenheiro eletricista, com emissão da respectiva ART;
 - iv. A adequação do SMF somente será considerada concluída após a confirmação formal da CCEE quanto à habilitação da unidade no ACL, e aceite do gestor setorial.
- g) Acompanhamento da validação das medições e demais requisitos técnicos junto à distribuidora para conclusão da migração de cada unidade, sem prejuízo das atribuições constitucionais e legais da Procuradoria-Geral do Estado, não se confundindo tal assessoria com a representação judicial ou a consultoria jurídica institucional do CONTRATANTE;



- h) Realização de testes, vistorias e ajustes técnicos, com emissão de relatório técnico e evidências da conformidade do ponto de medição com os requisitos da distribuidora e da CCEE.
- 5.3.1.2 Gestão no contrato de energia e representação (início no mês subsequente à migração e durante toda a vigência contratual remanescente):
- a) Suporte técnico na análise dos contratos de compra de energia;
 - b) Suporte na necessidade de contratação futura;
 - c) Acompanhamento de todas as obrigações de representante varejista perante a CCEE;
 - d) Balanço energético anual (fechamento da necessidade de energia e estratégia);
 - e) Garantia da correta aplicação do desconto de 50% (cinquenta por cento) na TUSD, referente à demanda contratada, nas faturas emitidas pelas distribuidoras locais, decorrente da migração das unidades consumidoras para o ACL, conforme previsto na regulamentação da ANEEL;
 - f) Acompanhamento de ressarcimento de TUSD, se aplicável;
 - g) Assessoria técnica e jurídica no âmbito comercial e regulatório, além de outras necessárias à migração e fornecimento de energia no ACL;
 - h) Fornecimento de ferramenta computacional que permita efetuar a gestão com funcionalidades de aplicação web e atualização instantânea das informações de consumo, controle e solicitações de cada unidade consumidora;
 - i) Auditoria técnica de faturas da distribuidora, conferindo tarifas aplicadas, descontos de TUSD, dentre outros, comunicando oportunidades de ajuste de demanda e demais recomendações com vistas à boa gestão dos custos;
 - j) Análise de riscos e inteligência de mercado do setor elétrico, disponibilizando, trimestralmente ou a pedido do **CONTRATANTE**, relatório técnico e apresentação executiva, apresentando ainda avaliação de regras e panorama do setor, tendências, riscos e oportunidades, encargos setoriais, com histórico, projeções e impactos financeiros.
- 5.3.1.3 Gestão das obrigações junto à CCEE (contínua, a partir da data de adesão):
- a) Modelagem de todas as unidades consumidoras junto à CCEE no



processo de migração, inclusive novas unidades, caso necessário;

- b) Esclarecimentos da documentação necessária no processo de migração;
- c) Acompanhamento das regras algébricas da CCEE;
- d) Acompanhamento das mudanças regulatórias do mercado livre;
- e) Representação em assembleias gerais da CCEE.

5.3.1.4 Emissão de relatório mensal (início no 1º mês subsequente à migração):

- a) Análise técnica/econômica comparativa entre o ACL e o ACR de acordo com o ambiente do mercado e projeções;
- b) Fornecer mensalmente Relatório Comparativo demonstrando performance do contrato de compra e venda de energia elétrica do **CONTRATANTE** (Mercado Cativo x Mercado Livre);
- c) Contratação da TUSD (acompanhamento dos consumos e demanda);
- d) Fornecer mensalmente Relatório Gerencial com acompanhamento energético e performance de contratação;

5.3.1.5 Reuniões e treinamentos (durante toda a vigência contratual):

- a) Disponibilidade de reuniões presenciais junto ao **CONTRATANTE**, em local previamente definido por este, podendo ser por videoconferência, de até 03 (três) visitas anuais.
- b) Treinamento inicial em até 45 (quarenta e cinco) dias a contar do início do contrato, e treinamentos adicionais, presenciais ou por videoconferência, acordado entre as partes, voltados à capacitação e reciclagem dos servidores indicados pelo **CONTRATANTE**, no quantitativo de até 2 (duas) pessoas por órgão. Os treinamentos adicionais deverão ser promovidos sempre que houver alterações relevantes na legislação, regulamentação ou normas da CCEE ou da ANEEL.

5.3.2 O preço de energia ofertado pela licitante deve considerar também todos os serviços descritos nos itens 5.3.1.1 a 5.3.1.5 anteriores.

5.4 Encerramento ou transição contratual

5.4.1 A **CONTRATADA** deverá assegurar, até a data de término da vigência contratual, a integralidade do suprimento de energia elétrica às unidades consumidoras da **CONTRATANTE**, conforme os montantes contratados e registrados na CCEE, sem qualquer interrupção ou exposição involuntária ao PLD ou a penalidades de mercado.



- 5.4.2 A **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias do término do contrato, sobre a necessidade de manifestação quanto à intenção de:
- 5.4.2.1 prorrogar o contrato com a própria **CONTRATADA**;
- 5.4.2.2 migrar para outra comercializadora varejista a partir de novo procedimento; ou
- 5.4.2.3 retornar ao ACR junto à distribuidora local.
- 5.4.3 Caso a **CONTRATADA** deixe de efetuar a comunicação prevista no item anterior dentro do prazo estabelecido, ficará responsável por assegurar que não haja interrupção do suprimento, exposição ao PLD ou aplicação de penalidades regulatórias à **CONTRATANTE**, devendo manter a prestação dos serviços nas mesmas condições contratuais até que seja concluída a transição para o modelo escolhido pela **CONTRATANTE**.
- 5.4.4 Nos casos de migração para nova comercializadora varejista, a **CONTRATADA** deverá adotar todas as providências necessárias à transição, conforme definido nos Procedimentos de Comercialização (PdC) e outros instrumentos estabelecidos, garantindo a transferência adequada da representação junto à CCEE e o encerramento de todas as obrigações regulatórias necessárias, sem pendências.
- 5.4.5 Na hipótese de retorno ao ACR, a **CONTRATADA** deverá prestar todo o suporte técnico e documental exigido pela distribuidora local e pela regulação vigente da CCEE e/ou da ANEEL, garantindo o cumprimento dos prazos aplicáveis e a continuidade do fornecimento de energia elétrica.
- 5.4.6 A **CONTRATADA** deverá assegurar a adequada finalização das operações junto à CCEE após o término da vigência contratual, obedecendo todas as regras e boas práticas estabelecidas no setor, respondendo por quaisquer ônus, penalidades ou prejuízos à **CONTRATANTE** decorrentes do descumprimento das obrigações previstas.
- 5.5 O prazo de vigência do contrato, totalizando 60 (sessenta) meses, iniciando-se a partir do dia útil subsequente à publicação do contrato no PNCP, compreende as etapas de:
- 5.5.1 Suporte no processo de migração, período para que sejam realizadas, pela **CONTRATADA**, as avaliações e adequações no SMF e no SGD das unidades consumidoras, quando aplicáveis, bem como concluído o processo de migração destas para o ACL;
- 5.5.2 Gestão contratual e fornecimento de energia elétrica, abrangendo a gestão do contrato de energia, o cumprimento das obrigações perante a CCEE e o fornecimento de energia às unidades consumidoras migradas para o ACL, com início imediatamente após a conclusão da etapa anterior.
- 5.6 O período o qual se refere o subitem 5.5.1 é relativo aos procedimentos necessários para



realização do cronograma e a efetiva migração das unidades consumidoras, considerando o prazo previsto na regulamentação vigente.

- 5.7 O início do fornecimento de energia elétrica via ACL para cada unidade consumidora, somente se dará após a conclusão das adequações necessárias e o encerramento do contrato cativo junto à distribuidora local, devendo a **CONTRATADA** providenciar para que todas as ações e exigências técnicas, operacionais e regulatórias sejam tomadas no menor tempo possível, respeitando o prazo mínimo estabelecido na regulamentação vigente de 180 (cento e oitenta) dias entre denúncia à distribuidora e efetiva migração. Somente a partir da medição de energia fornecida via ACL é que se iniciarão os pagamentos mensais pelo serviço contratado.
- 5.8 A **CONTRATADA** deverá apresentar, dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o início da vigência do contrato, um cronograma de atividades a serem desenvolvidas durante o período de execução dos serviços ao **CONTRATANTE**, com os marcos importantes do projeto e seus devidos prazos.
- 5.9 Os atrasos poderão ensejar a aplicação das penalidades descritas neste Termo de Referência e no contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Por se tratar de objeto de contratação com regulamentações e normatizações específicas, todas as normas, resoluções e critérios aplicáveis e vigentes deverão ser devidamente atendidos.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após início da vigência do contrato ou instrumento equivalente, o **CONTRATANTE** poderá convocar o representante da **CONTRATADA** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da **CONTRATADA**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6 Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.6.1 Verificar mensalmente o montante de energia consumido, confrontando os dados do Sistema de Coleta de Dados de Energia (SCDE) e da comercializadora, bem



como checar o fator de perdas e a aplicação do desconto do PROINFA;

- 6.6.2 Validar mensalmente a Nota Fiscal emitida pela **CONTRATADA**, confirmando a exatidão dos valores cobrados;
- 6.6.3 Receber, analisar e arquivar o relatório técnico de performance de economia obtida no Mercado Livre de Energia, emitido pela **CONTRATADA**, como instrumento de acompanhamento dos resultados do contrato.
- 6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação.
- 6.8 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas, metodologias, procedimentos e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes do **CONTRATANTE**, especialmente designados para tal atividade.
- 6.9 A gestão e a fiscalização da execução contratual serão exercidas, de forma descentralizada, por cada órgão ou entidade **CONTRATANTE**, em relação ao respectivo contrato individual, conforme identificado na Tabela 2 e no Anexo B deste Termo de Referência.
- 6.10 Durante a execução dos serviços, o **CONTRATANTE** fiscalizará a empresa **CONTRATADA** de acordo com as prescrições e normas técnicas vigentes, bem como os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.
- 6.11 A fiscalização da prestação dos serviços poderá ser realizada por meio de visitas às instalações e/ou fornecimento de relatórios da **CONTRATADA**, bem como a partir de outros meios que o(s) responsável(eis) julgar(em) necessários para atender de forma satisfatória à atividade.
- 6.12 A ação da fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de cumprir as obrigações contratuais assumidas no instrumento contratual.
- 6.13 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.
- 6.14 O **CONTRATANTE** designará, formalmente, representante(s) responsável(eis) pelo acompanhamento e fiscalização da execução do ajuste, competindo-lhe acompanhar, supervisionar, avaliar e atestar a execução do objeto, efetuando os contatos, comunicações e notificações necessárias, atestando as notas fiscais ou faturas correspondentes, bem como solicitando a eventual aplicação de sanção administrativa, sendo que, não havendo o seu ateste acerca da prestação dos serviços a contento do **CONTRATANTE**, não será permitido qualquer pagamento.



6.15 **Fiscal(is) de contrato**

- 6.15.1 Compete ao(s) fiscal(is) de contrato, no âmbito de suas atribuições legais e regulamentares:
- 6.15.1.1 Registrar, em documento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando, quando necessário, as medidas corretivas para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - 6.15.1.2 Exigir que a **CONTRATADA** execute os serviços em estrita conformidade com o disposto na proposta vencedora, no contrato, neste Termo de Referência, em seus anexos e demais normas aplicáveis;
 - 6.15.1.3 Dar assistência permanente à **CONTRATADA** na condução dos trabalhos, verificando-os, aprovando-os ou glosando-os, no que estiverem em desacordo com o instrumento contratual, com o Edital, com este Termo de Referência, com seus anexos, e com sua proposta, e ainda, com as especificações fornecidas pelo **CONTRATANTE**;
 - 6.15.1.4 Definir e autorizar, quando cabível, as etapas de execução, priorizando serviços e controlando as condições de trabalho;
 - 6.15.1.5 Decidir, dentro dos limites de suas atribuições, sobre questões técnicas ou operacionais surgidas durante a execução contratual;
 - 6.15.1.6 Recusar e/ou sustar os serviços que estiverem em desacordo com a proposta, as normas, ou com a melhor técnica consagrada pelo uso ou com os aspectos regulatórios e normativos, a seu critério exclusivo e ordenar que sejam refeitos sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**;
 - 6.15.1.7 Elaborar relatório comunicando as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópia à **CONTRATADA**, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual;
 - 6.15.1.8 Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
 - 6.15.1.9 Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
 - 6.15.1.10 Propor, à autoridade competente, a aplicação de sanções, pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais;
 - 6.15.1.11 Deliberar pela liberação dos pagamentos mensais dos serviços executados pela **CONTRATADA**, desde que sejam perfeitamente



atendidas todas as exigências do instrumento contratual.

6.16 Gestor de contrato

6.16.1 Compete ao gestor de contrato, no âmbito de suas atribuições legais e regulamentares:

6.16.1.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;

6.16.1.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.16.1.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.16.1.4 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções à **CONTRATADA**;

6.16.1.5 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

6.16.1.6 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17 Preposto da contratada

6.17.1 A **CONTRATADA** deverá designar, por ocasião da assinatura do contrato, um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la administrativamente perante o **CONTRATANTE** e a CCEE, sempre que necessário.

6.17.2 O preposto será indicado com o nome completo, número do CPF ou documento de identidade, além de dados relacionados à sua qualificação profissional e atividades desenvolvidas para a **CONTRATADA** e dados de contato profissional, como e-mail e telefone.

6.17.3 O preposto designado pela **CONTRATADA** não necessitará permanecer em



tempo integral à disposição do **CONTRATANTE**, devendo, contudo, serem observadas todas as exigências relativas à sua vinculação ao contrato.

6.17.4 A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.17.5 Compete ao preposto da **CONTRATADA**:

6.17.5.1 Representar a **CONTRATADA** nas tratativas operacionais e administrativas relacionadas à execução contratual;

6.17.5.2 Receber comunicações, notificações e determinações formais do **CONTRATANTE** e dos fiscais de contrato;

6.17.5.3 Garantir o atendimento tempestivo às solicitações de informações e documentos;

6.17.5.4 Supervisionar a execução dos serviços sob responsabilidade da **CONTRATADA** e, quando houver, da(s) subcontratada(s);

6.17.5.5 Zelar pela manutenção da regularidade técnica, regulatória e financeira junto à CCEE e ANEEL;

6.17.5.6 Assegurar a observância das normas de segurança e qualidade aplicáveis às unidades consumidoras;

6.17.5.7 Apresentar informações e/ou documentação solicitada pela fiscalização e/ou pelas autoridades do **CONTRATANTE**, inerentes à execução e às ações contratuais, em tempo hábil;

6.17.5.8 Reportar-se à fiscalização do **CONTRATANTE** para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços e das demais obrigações contratuais;

6.17.5.9 Estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e atender prontamente a quaisquer solicitações do **CONTRATANTE**;

6.17.5.10 Relatar à fiscalização, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada;

6.17.5.11 Adotar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Medição

7.1.1 A **CONTRATADA** obterá a medição da energia consumida por meio do Sistema



de Coleta de Dados de Energia (SCDE), ou aquele que vier a substituí-lo, dentro dos prazos previstos nas Regras e nos Procedimentos de Comercialização determinados pela CCEE.

- 7.1.2 Na indisponibilidade temporária do SCDE, poderão ser utilizados os procedimentos de contingência e diligência complementares previstos no item 7.2.7, até a normalização do sistema.
- 7.1.3 As quantidades registradas no medidor do ponto de medição, mensalmente, serão acrescidas do fator de perdas e abatidas da energia contratada no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), para fins de determinação da energia mensal faturável.
- 7.1.4 O **CONTRATANTE**, no que lhe competir, permitirá amplo acesso às suas instalações às representantes da **CONTRATADA**, da CCEE, da ANEEL e ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.
- 7.1.5 O **CONTRATANTE** solicitará à concessionária de distribuição local o acesso à **CONTRATADA** às subestações daquelas unidades consumidoras participantes do contrato de energia via ACL, para fins de:
 - 7.1.5.1 Instalação de dispositivo para leitura remota da memória de massa dos medidores de energia elétrica, caso solicitado;
 - 7.1.5.2 Acesso físico aos ativos de medição (medidores, TPs, TCs e demais equipamentos associados), mediante solicitação.

7.2 Aceitabilidade e recebimento do objeto de contratação

- 7.2.1 A aceitabilidade do serviço estará condicionada ao atendimento integral dos requisitos técnicos e contratuais, sendo a verificação da conformidade realizada pelo gestor e/ou fiscal do contrato com base:
 - 7.2.1.1 Na comprovação documental da execução dos serviços conforme as especificações e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
 - 7.2.1.2 Na apresentação dos relatórios técnicos, contendo registros, informações e resultados devidamente interpretados e assinados por responsável técnico habilitado;
 - 7.2.1.3 Na conformidade dos serviços e produtos entregues com as normas técnicas vigentes da ABNT, bem como com as normas e regulamentações da ANEEL, da CCEE e, quando aplicável, da concessionária local;
 - 7.2.1.4 Na ausência de pendências, inconformidades ou não conformidades apontadas pela fiscalização;



- 7.2.1.5 No aceite formal emitido pelo gestor ou fiscal do contrato, mediante registro expresso de conformidade com os critérios acima.
- 7.2.2 A aceitabilidade do serviço está condicionada à correta execução do objeto, ao acompanhamento e ateste dos serviços pela fiscalização realizada pelo **CONTRATANTE**, aos relatórios de controle da qualidade contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado e aos requisitos impostos pelas normas vigentes da ABNT, bem como por outras normas e regulamentações aplicáveis, sobretudo as da ANEEL, da CCEE, bem como, quando aplicável, da concessionária local.
- 7.2.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.2.4 O fornecimento de energia elétrica na modalidade varejista terá início imediatamente após a conclusão da etapa de migração do ACR para o ACL e se dará por todo o período de vigência contratual remanescente.
- 7.2.5 A **CONTRATADA** deverá respeitar as formas de execução do objeto informada pela **CONTRATANTE**, conforme item 5. Quaisquer óbices relativos à execução dos serviços deverão ser informados ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 7.2.6 A energia faturável será cobrada, mensalmente, por meio da apresentação da nota fiscal/fatura.
- 7.2.7 A energia elétrica faturada será confirmada pelo fiscal de contrato designado pela **CONTRATANTE**, podendo ser utilizados os seguintes meios para tal:
- 7.2.7.1 Relatórios emitidos pelo SCDE;
- 7.2.7.2 Leitura *in loco* do medidor de faturamento da unidade consumidora;
- 7.2.7.3 Consulta à concessionária a partir do código do medidor da unidade consumidora.
- 7.2.8 Após a confirmação do consumo e emissão de Termo de Recebimento Provisório pela fiscalização, a **CONTRATADA** deverá emitir a nota fiscal ou fatura com o valor exato, na forma do item 7.4 deste Termo de Referência.
- 7.2.9 O gestor do contrato analisará toda a documentação apresentada pela **CONTRATADA**, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **CONTRATADA**, por escrito, as respectivas correções.
- 7.2.10 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a **CONTRATADA** deixou de assegurar a correta aplicação do desconto da TUSD, quando previsto em lei ou regulamentação específica, hipótese em que a



CONTRATADA deverá compensar financeiramente a **CONTRATANTE** pelo benefício não repassado conforme especificado no item 7.3.9.

7.3 Faturamento

7.3.1 O faturamento da energia será realizado mensalmente, devendo ser emitida uma nota fiscal/fatura para cada CNPJ **CONTRATANTE** considerando todas as unidades consumidoras, em conformidade com a quantidade da energia mensal faturável, em quilowatts-hora (kWh), de acordo com os parâmetros a seguir:

7.3.1.1 A energia faturável será de acordo com o montante consumido no mês, sendo seu faturamento calculado da seguinte forma:

$$FAT_m = EMF_m \times PEC_m$$

Onde:

FAT_m é o faturamento referente ao mês contratual;

EMF_m é a energia mensal faturável;

PEC_m é o preço da energia contratada válido para cada ano do período de fornecimento, vigente no mês contratual;

m é o mês contratual.

7.3.1.2 Na hipótese de o **CONTRATANTE** possuir múltiplas fontes de recursos ou unidades administrativas sob o mesmo contrato, a **CONTRATADA** obriga-se, quando solicitada, a realizar o faturamento segregado ou detalhado por unidade consumidora ou centro de custo, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, determinar o agrupamento das unidades adotadas.

7.3.1.3 O **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, indicar, alterar ou restabelecer o ente ou a Unidade Gestora (UG) responsável pelo pagamento, devendo a **CONTRATADA** direcionar o faturamento conforme a orientação vigente, sem que isso implique modificação das demais condições contratuais.

7.3.2 **Fator de compensação financeira – Flexibilidade anual:** A flexibilidade será limitada a 30% do volume médio contratado. Caso o consumo anual ultrapasse esse limite, o volume excedente será precificado considerando o fator de compensação financeira abaixo:

7.3.2.1 Preço da energia de compra faltante valorado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) acrescido de R\$ 40,00/MWh.

7.3.2.2 Ao final de cada período de 12 (doze) meses de vigência contratual será realizado o balanço de consumo, a fim de verificar se houve utilização além do limite de 30% do volume médio contratado. Caso constatado



excesso, o montante excedente será apurado no mês em que ocorreu e precificado conforme o fator de compensação financeira estabelecido.

- 7.3.3 A **CONTRATADA** deverá discriminar nas Notas Fiscais/Faturas de Energia Elétrica os valores referentes aos tributos devidos por substituição tributária, que serão retidos na fonte pelo **CONTRATANTE** no momento do pagamento.
- 7.3.4 A energia mensal faturável será a energia consumida, acrescida do fator de perdas e abatida a energia contratada no PROINFA.
- 7.3.5 Caso, em um determinado mês contratual, a **CONTRATADA** entregue um percentual de redução na TUSD na venda da Energia Mensal Faturável inferior ao percentual de referência para redução na TUSD definido neste Termo de Referência, a **CONTRATADA** deverá reembolsar a **CONTRATANTE** pelo valor correspondente à diferença.
- 7.3.6 A não efetivação do mencionado crédito incorrerá em inadimplemento contratual, estando a **CONTRATADA** sujeita à aplicação das penalidades previstas no contrato.
- 7.3.7 Em função da sistemática de apuração dos percentuais de redução na TUSD, poderá ocorrer defasagem temporal, por parte da CCEE, na aplicação efetiva do percentual na TUSD entregue pela **CONTRATADA**.
- 7.3.8 Os percentuais de redução na TUSD, em função das revisões realizadas pela CCEE, poderão sofrer reavaliações e recálculo do valor componente de preço, sempre que essas revisões ocorrerem.
- 7.3.9 Na impossibilidade de cumprimento, o ressarcimento do desconto na TUSD será calculado e liquidado sob a forma de desconto no preço contratual.
- 7.3.10 Considera-se encerrado o ciclo mensal de faturamento após a divulgação, pela CCEE, das informações homologadas relativas ao mês de competência.
- 7.3.11 Quando houver divergência entre prazos administrativos e os cronogramas da CCEE (ex.: aferições tardias, revisões de TUSD, revisões de consumo, defasagens), prevalecem os prazos da CCEE, com registro e justificativa.
- 7.3.12 A **CONTRATADA** deverá apresentar, ao final de cada período de 12 (doze) meses de vigência contratual, a modulação e a sazonalização do montante de energia contratado, discriminando a distribuição mensal dos volumes de consumo estimado, de forma compatível com o perfil de carga das unidades consumidoras. As informações deverão ser disponibilizadas de forma alinhada aos parâmetros de flexibilidade anual definidos neste item 7.3 e servirão de referência para os controles previstos no item 7.9, especialmente quanto à confirmação da energia faturável e à compatibilidade entre consumo real e energia modulada/sazonalizada.
- 7.3.13 Sempre que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE promover revisões retroativas dos dados de contabilização que afetem a energia



mensal faturável, a energia contratada no PROINFA, os limites de flexibilidade ou os percentuais de redução da TUSD, a **CONTRATADA** deverá ajustar os valores correspondentes, aplicando-os na fatura do mês subsequente à publicação das revisões.

7.3.13.1 Os efeitos financeiros retroativos deverão seguir os mesmos critérios definidos nos subitens 7.3.5 a 7.3.8, respeitando-se eventuais compensações ou glosas, conforme o caso.

7.4 Nota fiscal

7.4.1 Para fins de exame da nota fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.1.1 o prazo de validade;

7.4.1.2 a data da emissão;

7.4.1.3 os dados do contrato e do órgão **CONTRATANTE**;

7.4.1.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.4.1.5 o valor a pagar; e

7.4.1.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

7.4.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.4.4 A **CONTRATADA** deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual nº 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração **CONTRATANTE**.

7.5 Prazo de pagamento do objeto de contratação

7.5.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do ateste final da fatura/nota fiscal pelo gestor/fiscal do contrato e emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.



- 7.5.2 Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.
- 7.5.3 Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM é o valor da multa financeira;

VF é o valor da nota fiscal referente ao mês em atraso;

ND é o número de dias em atraso.

- 7.5.4 Incumbirão à **CONTRATADA** a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pelo **CONTRATANTE**, juntando-se à respectiva discriminação dos serviços efetuados, o memorial de cálculo da fatura, quando cabível.
- 7.5.5 A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.
- 7.5.6 Se houver alguma incorreção na nota fiscal/fatura, a mesma será devolvida à **CONTRATADA** para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo **CONTRATANTE**.

7.6 Forma de pagamento

- 7.6.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela **CONTRATADA**.
- 7.6.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.6.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.6.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.6.5 A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



7.7 Condições de habilitação no curso da execução contratual

- 7.7.1 A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.
- 7.7.1.1 Essa condição de habilitação inclui a verificação de Certidão de Adimplemento emitida pela CCEE à **CONTRATADA**, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, comprovando que a empresa está regular com suas obrigações no ACL.
- 7.7.2 Constatado que a **CONTRATADA** não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.
- 7.7.3 Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.
- 7.7.4 Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o **CONTRATANTE** informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

7.8 Reajustamento de preços

- 7.8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, em 14/112025.
- 7.8.2 O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da **CONTRATADA**, desde que observados o interregno mínimo de 12 (doze) meses a contar do orçamento estimado, em relação ao primeiro, ou dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, em relação aos subsequentes ao primeiro.
- 7.8.3 Compete à **CONTRATADA** a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo **CONTRATANTE**, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.
- 7.8.4 O reajuste do preço contratado levará em consideração o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo.
- 7.8.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, estabelecendo-o por meio de termo aditivo.
- 7.8.6 A adoção do IPCA como índice de reajuste contratual fundamenta-se no fato de se tratar de um indicador amplamente reconhecido para recomposição das



perdas inflacionárias no Brasil. O IPCA reflete a variação de preços de uma ampla cesta de bens e serviços consumidos pelas famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos, incluindo os custos com energia elétrica. É, ainda, o índice oficial de referência para o sistema de metas de inflação brasileiro, sendo considerado de elevada credibilidade e estabilidade pelo mercado nacional. Ademais, é o índice adotado para atualização monetária dos preços de venda no ACL, conforme as Regras de Comercialização da CCEE.

- 7.8.7 Adicionalmente ao pontuado no item anterior, segundo pesquisa de contratações similares, identificou-se que o IPCA tem sido o índice predominantemente utilizado para reajustamento de contratos de fornecimento de energia no ACL, o que reforça a adequação de sua escolha para o presente instrumento. O fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre possui natureza de preço livremente pactuado, no qual o valor a ser ofertado incorpora as expectativas de variação dos custos setoriais, encargos regulatórios, riscos hidrológicos e condições de mercado.

7.9 Fluxo de medição, conferência e pagamento

- 7.9.1 A **CONTRATADA** deverá encaminhar à fiscalização, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do ciclo mensal de faturamento, a documentação referente aos serviços prestados no período, contendo, no mínimo:

- 7.9.1.1 Relatório de medição gerado pelo do Sistema de Coleta de Dados de Energia (SCDE), ou aquele que vier a substituí-lo;
- 7.9.1.2 Memória de cálculo da energia mensal faturável e do valor devido no mês;
- 7.9.1.3 Relatório dos encargos setoriais e liquidações financeiras aplicáveis;
- 7.9.1.4 Documentos comprobatórios necessários à verificação do desconto da TUSD;
- 7.9.1.5 Demonstrativo da modulação, sazonalização e aplicação da flexibilidade contratual.

- 7.9.2 A fiscalização deverá verificar a documentação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, avaliando:

- 7.9.2.1 Compatibilidade da medição com os dados do SCDE e oriundos de eventuais diligências realizadas a critério da fiscalização, conforme itens 7.1 e 7.2.7 ;
- 7.9.2.2 Conformidade técnica e regulamentar, conforme critérios do item 7.2;
- 7.9.2.3 Consistência do cálculo da energia faturável, conforme item 7.3;
- 7.9.2.4 Correta aplicação da flexibilidade, conforme item 7.3.2;



7.9.2.5 Observância aos valores de redução da TUSD, especialmente em relação aos critérios dos itens 7.3.5 a 7.3.8.

7.9.3 Identificadas inconsistências ou pendências, a fiscalização notificará a **CONTRATADA** para correção em até 3 (três) dias úteis.

7.9.4 Após validação das informações, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, o qual constitui pré-requisito para emissão da nota fiscal.

7.9.5 Em até 3 (três) dias úteis após a emissão do termo de recebimento provisório, a **CONTRATADA** deverá apresentar a nota fiscal ou fatura, juntamente com a documentação comprobatória de regularidade fiscal, conforme item 7.4.3 deste termo de referência.

7.9.6 A fiscalização deverá verificar a conformidade da documentação apresentada, especialmente em relação aos critérios do item 7.4, 7.7.2 e 7.7.4 deste Termo de Referência, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, notificando a **CONTRATADA** quanto às inconformidades identificadas.

7.9.7 Após consolidada a aceitabilidade do serviço conforme item 7.2 deste termo de referência e ateste da nota fiscal/fatura apresentada, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, o qual constitui pré-requisito para pagamento.

7.9.8 O pagamento será realizado mediante ordem bancária em até 10 dias úteis da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, com aplicação das retenções tributárias previstas na legislação vigente, conforme itens 7.5 e 7.6 deste termo de referência.

7.10 Procedimentos de monitoramento da flexibilidade anual e de riscos contratuais

7.10.1 A fiscalização deverá acompanhar mensalmente o consumo das unidades consumidoras abrangidas pelo contrato e consolidar, ao final do ciclo de 12 (doze) meses, o consumo acumulado, comparando-o com o volume médio contratado e com o limite de flexibilidade anual de 30%, e aplicando, quando for o caso, a compensação financeira correspondente ao montante excedente, nos termos do item 7.3.1.2 deste termo de referência.

7.10.2 Sempre que houver revisões ou recálculos realizados pela CCEE que impactem o volume contabilizado ou a redução aplicável da TUSD, a fiscalização deverá revisar o acompanhamento da flexibilidade e proceder aos ajustes necessários, nos termos dos itens 7.3.6 a 7.3.8.

7.10.3 A fiscalização deverá verificar se a **CONTRATADA** assegurou a aplicação correta da redução da TUSD e, quando constatada irregularidade, indicar a glosa ou a retenção proporcional, nos termos do item 7.3.10 deste termo de referência.

7.10.4 A fiscalização deverá glosar ou devolver a nota fiscal sempre que inconsistências relacionadas ao consumo, às medições, à flexibilidade anual ou à TUSD comprometerem a liquidação da despesa, nos termos das regras previstas nos itens 7.4 e 7.5 deste termo de referência.



- 7.10.5 Havendo risco de ultrapassagem do limite anual de flexibilidade, a fiscalização deverá registrar a ocorrência em relatório interno, para fins de controle contratual e adoção das medidas administrativas cabíveis.
- 7.10.6 Quando revisões, reavaliações ou defasagens de dados realizadas pela CCEE alterarem o volume considerado para o cálculo da flexibilidade anual, a fiscalização deverá proceder à reanálise do balanço anual, em alinhamento com os itens 7.3.5 a 7.3.8 deste termo de referência.
- 7.10.7 Na ocorrência de alteração de titularidade de qualquer unidade consumidora vinculada ao contrato, a **CONTRATANTE** deverá comunicar formalmente a **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou no menor prazo possível quando a mudança decorrer de ato administrativo obrigatório.
- 7.10.7.1 A **CONTRATADA** deverá adotar as providências necessárias junto à CCEE e à distribuidora local para garantir a continuidade da apuração da energia faturável, da aplicação da flexibilidade anual e da contabilização dos descontos previstos neste Termo de Referência.
- 7.10.7.2 Eventuais ajustes decorrentes da mudança de titularidade deverão ser apurados e refletidos nas faturas subsequentes, nos termos das regras de compensação previstas neste item 7.3.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, modo de disputa aberto e fechado.
- 8.1.2 A justificativa para adoção do referido critério de julgamento se faz em função de o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 29 da Lei nº 14.133/2021. A contratação de Comercializadora Varejista de energia no ACL envolve atividades padronizadas e regulamentadas pela ANEEL e pela CCEE, permitindo a comparação direta das propostas com base no preço ofertado.
- 8.1.3 O Pregão Eletrônico mostra-se a modalidade mais adequada por promover maior competitividade, transparência e economicidade, conforme previsto no Decreto Estadual nº 5.352-R/2023 e no art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.4 O critério de julgamento pelo menor preço global é o que melhor atende ao princípio da seleção da proposta com melhor vantajosidade econômica para a Administração, uma vez que o preço da energia no ACL é mensurável, comparável entre licitantes e representa o principal fator de diferenciação entre as propostas.



8.2 Forma de fornecimento

- 8.2.1 O fornecimento do objeto contratual dar-se-á de forma continuada, a partir da conclusão da etapa de migração do ACR para o ACL e por todo o período de vigência contratual remanescente., conforme as condições estabelecidas no subitem 5.5, especialmente quanto ao suprimento ininterrupto de energia elétrica às unidades consumidoras participantes, a partir da efetiva migração ao ACL.
- 8.2.2 A justificativa para adoção da referida forma de fornecimento se dá em razão de o objeto contratual consistir no suprimento ininterrupto de energia elétrica de fonte renovável, serviço que atenderá de modo permanente os órgãos e entidades integrantes da contratação, provendo energia às unidades consumidoras do grupo A durante todo o período de vigência contratual.

8.3 Apresentação da proposta

- 8.3.1 A proposta deverá ser apresentada com valores em Real (R\$), redigida em português, em formulário oficial da empresa, que contenha a razão social, endereço, telefone, e-mail e CNPJ, conforme modelo contido no Edital.
- 8.3.2 Os preços propostos devem incluir todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças, bem como seus lucros, necessários à execução total dos serviços licitados, conforme as especificações e anexos contidos neste Termo de Referência, cobrindo todos os custos de mão-de-obra, inclusive eventuais aumentos, aditamentos salariais ou outros benefícios e obrigações provenientes de lei, dissídio, convenção ou acordo coletivo, ou sentença judicial, constituindo-se em única e total contraprestação com fornecimento dos materiais e serviços para o objeto da locação.
- 8.3.3 Os preços da proposta a ser apresentada devem considerar que as unidades consumidoras pertencentes ao Governo do Estado do Espírito Santo, discriminadas, para composição do objeto de contratação, no Anexo A, são isentas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), tributo da esfera estadual. Desse modo, tal imposto não é cobrado nas faturas de energia elétrica da concessionária local. Já os tributos federais, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), por sua vez, são cobrados normalmente, com base na metodologia e nas alíquotas vigentes, devendo ambos já comporem os preços apresentados na proposta.
- 8.3.4 O prazo de validade mínimo da proposta deve ser de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua entrega ao **CONTRATANTE**.

8.4 Exigências de habilitação

- 8.4.1 As exigências de habilitação referentes ao presente certame encontram-se descritas no Anexo E deste Termo de Referência, devendo ser integralmente observadas pelos licitantes.
- 8.4.2 As exigências foram definidas de forma proporcional e estritamente necessária



ao atendimento do objeto, não configurando restrição indevida à competitividade, mas medida indispensável à mitigação de riscos jurídicos, regulatórios, operacionais e financeiros associados à contratação.

- 8.4.3 O agente de contratação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar documentos adicionais, fazer verificações e/ou diligências diretas para verificar a exatidão de dados, informações ou documentos fornecidos por uma ou mais licitantes no que se refere ao atendimento das exigências de habilitação.
- 8.4.4 Os requisitos jurídicos, regulatórios e institucionais têm por finalidade comprovar que a licitante detém capacidade jurídica, autorização legal e regularidade institucional para atuar no setor elétrico, em especial no Ambiente de Contratação Livre, assegurando seu enquadramento perante os órgãos e entidades reguladoras competentes, notadamente a ANEEL e a CCEE. Tais requisitos são indispensáveis para garantir a validade dos atos praticados no âmbito do contrato, a regularidade das operações de comercialização de energia e a conformidade da execução contratual com a legislação e a regulação setorial aplicáveis, mitigando riscos jurídicos e regulatórios para a Administração.
- 8.4.5 As exigências relacionadas à capacidade econômico-financeira e técnico-operacional visam assegurar que a licitante possua solidez financeira, estrutura organizacional, experiência prévia e conhecimento técnico compatíveis com a complexidade e os riscos inerentes à execução do objeto contratado, que envolve a migração de unidades consumidoras e a gestão do fornecimento de energia no Ambiente de Contratação Livre. A comprovação dessas condições é essencial para reduzir o risco de inadimplemento, garantir a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços e assegurar que a contratação atenda ao interesse público de forma eficiente e segura ao longo de toda a vigência contratual.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1 O custo estimado total da contratação, que representa o valor máximo aceitável, é de **R\$ 80.689.236,68** (oitenta milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos), conforme os custos unitários constantes na Tabela 1, e discriminados por órgão ou entidade no Anexo F e conforme abaixo:
- 9.1.1 O valor estimado para **SESA** para a execução do serviço previsto nesta licitação é de **R\$ 14.340.369,47** (quatorze milhões, trezentos e quarenta mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos);
- 9.1.2 O valor estimado para **SEJUS** para a execução do serviço previsto nesta licitação é de **R\$ 14.158.701,13** (quatorze milhões, cento e cinquenta e oito mil, setecentos e um reais e treze centavos);
- 9.1.3 O valor estimado para **PRODEST** para a execução do serviço previsto nesta licitação é de **R\$ 4.710.497,17** (quatro milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos);



- 9.1.4 O valor estimado para **HPM** para a execução do serviço previsto nesta licitação é de R\$ **2.638.466,60** (dois milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos);
- 9.1.5 O valor estimado para **PMES** para a execução do serviço previsto nesta licitação é de R\$ **3.667.538,46** (três milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos);
- 9.1.6 O valor estimado para **IASES** para a execução do serviço previsto nesta licitação é de R\$ **3.080.659,52** (três milhões, oitenta mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos));
- 9.1.7 O valor estimado para **SEGER** para a execução do serviço previsto nesta licitação é de R\$ **2.222.775,69** (dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e nove centavos);
- 9.1.8 O valor estimado para **SEDU** para a execução do serviço previsto nesta licitação é de R\$ **31.133.881,67** (trinta e um milhões, cento e trinta e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos);
- 9.1.9 O valor estimado para **INOVA** para a execução do serviço previsto nesta licitação é de R\$ **4.736.346,97** (quatro milhões, setecentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa e sete centavos).
- 9.2 Este valor foi estimado com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do mercado que apresentaram cotação à solicitação da **SEGER** e em simulações sobre as contratações similares da Administração Pública identificadas, cuja integralidade da avaliação se encontra baseada nas Notas Técnicas anexas ao processo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento de cada órgão e entidade integrante da proposta, conforme apresentados na



Tabela 3.



Tabela 3 – Dotações orçamentárias dos órgãos e entidades participantes da contratação.

N	ÓRGÃO / ENTIDADE	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DE DESPESA ou PLANO DE DESPESA (INOVA)	FONTE DE RECURSOS
1	SESA	████	████████████████	████████	████████
		████	████████████████	████████	████████
		████	████████████████	████████	████████
		████	████████████████	████████	████████
		████	████████████████	████████	████████
		████	████████████████	████████	████████
2	SEJUS	46.101	10.46.101.14.421.0053.2119	3.3.90.39.43	1.500.000000
3	PRODEST	28.203	00.00.000.04.126.0050.2254	3.3.90.39.43	1.501.000010
4	HPM	44.901	00.00.000.10.122.0061.2070	3.3.90.39.00	1.500.100200
5	PMES	45.103	0618105612902	3.3.90.39.43	1.500.000000
6	IASSES	48.201	20482011442100142263(69)	0.0.33.90.39	0.000.000500
7	SEGER	28.101	10.28.101.04.122.0800.2070 10.28.101.04.130.0050.2328	3.3.90.39.43	1.500.000000
8	SEDU	42.101	00.00.000.12.122.0032.2175 1236100322354 1236200322356	0.0.33.90.39	0.000.001500
9	INOVA	44.202	-	401010105002 - ENERGIA ELÉTRICA	10700000000 11000000000

- 10.1 As dotações relativas aos exercícios financeiros subsequentes serão indicadas após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:
- 11.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 11.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 11.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
 - 11.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 11.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- 11.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2 Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1 Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações);
 - 11.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações);
 - 11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como nos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações);
 - 11.2.4 Multa (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), nos percentuais e condições indicados a seguir:
 - 11.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no subitem 11.1.4, de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 11.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

Parágrafo único O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
 - 11.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.8 de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;
 - 11.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima no subitem 11.1.3, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
 - 11.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima no subitem 11.1.2, de



2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

11.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima no subitem 11.1.4, de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

11.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima no subitem 11.1.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

11.2.4.8 Compensatória, para a infração descrita no subitem 7.7, que trata da manutenção das condições de habilitação, se não aceitas as justificativas apresentadas em função da identificação de irregularidades, de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

11.3 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

11.4 Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

11.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021), assim como não afasta a possível responsabilização civil ou criminal pelas infrações cometidas.

11.6 As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3, poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa descrita no subitem 11.2.4.

11.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações):

11.7.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.7.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4 os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**; e

11.7.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse



valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- 11.10 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.11 No caso de multa por irregularidades fiscais ou trabalhista, após transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar as pendências, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.
- 11.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.12.1 Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia.
- 11.12.2 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.
- 11.12.3 O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021.
- 11.12.4 Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021.
- 11.12.5 O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.
- 11.12.6 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 11.12.7
- 11.13 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente,



nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

- 11.14 A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 11.15 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 11.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.17 Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração à **CONTRATADA** e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).
- 11.17.1 Os débitos da **CONTRATADA** para com a Administração **CONTRATANTE** poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o Estado do Espírito Santo.
- 11.18 A **CONTRATADA** que subcontrate, total ou parcialmente, o objeto contratado, associe-se com outrem, ceda ou transfira, total ou parcialmente, o objeto do instrumento contratual, bem assim realize a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, formalizada por termo aditivo ao contratado, ficará sujeita, mediante a instauração de regular processo administrativo, com observância do contraditório e da ampla defesa, à rescisão contratual e à aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.
- 11.19 Caso o poder público (agências reguladoras, órgãos de fiscalização ambiental, dentre outros) ou a concessionária de energia elétrica venha a cominar penalidades ao **CONTRATANTE** em razão de ação, omissão, negligência, imprudência ou imperícia da **CONTRATADA** e/ou de quaisquer dos terceiros por ele indicados para fins de execução de serviços relacionados ao contrato, a **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pelo pagamento da aludida penalidade.

Vitória, 29 de janeiro de 2026.



Gustavo Mateus Ferreira
Analista do Executivo
SUBAD/SEGER
Nº Funcional 5000076

Rafael de Oliveira Fontes
Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental
SUBAD/SEGER
Nº Funcional 3332357

Samara de Jesus Pereira
Gerente de Apoio à Gestão
SUBAD/SEGER
Nº Funcional 2460289



ANEXO A – Lista de unidades consumidoras do grupo A

ÓRGÃO LICITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

OBJETO: Contratação de serviços especializados de gestão e fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) proveniente de fontes incentivadas 50%, por meio de comercializadora varejista devidamente habilitada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Instalação	Órgão	Endereço			
		Rua/nº	Bairro	Município	CEP
144021	SESA/CREFES	RUA GASTAO ROUBACH, 1SN	PRAIA DA COSTA	VILA VELHA	29101-020
144112	INOVA CAPIXABA	RUA LIBERALINO LIMA, 1SN	OLARIA	VILA VELHA	29123-620
144701	SESA/HEAC	ROD GOVR JOSE HENRIQUE SETTE, 1SN	TUCUM	CARIACICA	29152-500
147057	SESA/HDAMF	RUA PREF MANOEL GONCALVES, 825	CENTRO	BARRA DE SAO FRANCISCO	29800-000
147170	SESA/HRAES	ROD OTHOVARINO DUARTE SANTOS, 1SN	GURIRI NORTE	SAO MATEUS	29946-035
148559	SESA	RUA DR HUGO LOPES NALE, 319	CENTRO	BAIXO GUANDU	29730-000
934167	SESA	RUA MARY UBIRAJARA, 1SN	SANTA LUCIA	VITORIA	29056-030
1242296	SESA	AV DR JOSE FARAH, 1SN	CENTRO	JERONIMO MONTEIRO	29550-000
1746874	INOVA CAPIXABA	RUA CASTELO BRANCO, 1SN	JABURUNA	VILA VELHA	29123-290
9500743	SESA	AV LEITAO DA SILVA, 1959	ITARARE	VITORIA	29047-565
9501960	SESA	RUA DR JOSE FERNANDES MEDINA, 1SN	CENTRO	SAO JOSE DO CALCADO	29470-000
9502261	SESA/CRE	ETC PEDRO NOLASCO, 1SN	PORTO VELHO	CARIACICA	29140-000
9502340	SESA	AV MAL MASCARENHAS DE MORAES, 2025	BENTO FERREIRA	VITORIA	29050-625
9502682	SESA	RUA JUDITH MARIA TOVAR VAREJAO, 255	ENSEADA DO SUA	VITORIA	29050-360
9502839	SESA	AV ESTACAO, 76	SAO TORQUATO	VILA VELHA	29114-525
160011997	INOVA CAPIXABA	RUA S JOSE, 76	PARQUE MOSCOSO	VITORIA	29018-140
144622	SEJUS	ROD GOVR JOSE HENRIQUE SETTE, 1SN	TUCUM	CARIACICA	29152-500
144762	SEJUS	ROD BR 262, 1SN	GUARITAS	VIANA	29135-000
731853	SEJUS	RUA DOS JASMIN, 1SN	JARDIM LAGUNA	LINHARES	29904-340
824411	SEJUS	RUA MTE GOMES, 1SN	GLORIA	VILA VELHA	29122-100
1371609	SEJUS	ROD BR 262, 5	GUARITAS	VIANA	29135-000
1423527	SEJUS	ROD BR 262, 1SN	NOVA VIANA	VIANA	29135-000
1744282	SEJUS	ROD CACHOEIRO - FRADE, 1SN	CORONEL BORGES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29306-095
1928057	SEJUS	EST ARACRUZ X COQUEIRAL, 1SN	FATIMA	ARACRUZ	29192-205
1978139	SEJUS	AV ESPINHA DE PEIXE, 1SN	ROSA MEIRELLES	ITAPEMIRIM	29330-000
9502723	SEJUS	FAZ MONTE LIBANO, 1SN	AREA RURAL	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29300-000
9502790	SEJUS	ROD DO CONTORNO, 1SN	MONTE LIBANO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29300-000
160005420	SEJUS	ROD BR - 101 NORTE CONTORNO, 1SN	ANDRE CARLONI	SERRA	29161-853
160027592	SEJUS	ROD BR 101 NORTE, 1SN	BOA VISTA	SAO MATEUS	29931-200
160032749	SEJUS	CRG AREA RURAL, 1SN	AREA RURAL	GUARAPARI	29200-000
160098260	SEJUS	EST ROCAS VELHAS, 1SN	ROCAS VELHAS	CARIACICA	29140-000
160107889	SEJUS	FAZ RANCHO DAS TELHAS, 1SN	AREA RURAL	SAO MATEUS	29930-000
160132427	SEJUS	ROD BR 262, 1SN	GAROUPA	VIANA	29135-000
160140245	SEJUS	FAZ STA FE, 1SN	CAMBOAPINA	VILA VELHA	29100-000
160185468	SEJUS	ROD BR 101 SUL, 1SN	CAMBOAPINA	VILA VELHA	29100-000
160185476	SEJUS	ROD BR 101 SUL, 1SN	CAMBOAPINA	VILA VELHA	29100-000
160185479	SEJUS	ROD BR 101 SUL, 1SN	CAMBOAPINA	VILA VELHA	29100-000
160209416	SEJUS	ROD BR 101 SUL, 1SN	CAMBOAPINA	VILA VELHA	29100-000
160215346	SEJUS	RUA AREA RURAL, 1SN	AREA RURAL	LINHARES	29900-001



Instalação	Órgão	Endereço			
		Rua/nº	Bairro	Município	CEP
160993362	SEJUS	FAZ RANCHO DAS TELHAS, 1SN	AREA RURAL	SAO MATEUS	29930-000
161078408	SEJUS	FAZ STA FE, 1SN	CAMBOAPINA	VILA VELHA	29100-000
161080585	SEJUS	RUA MTE GOMES, 1SN	GLORIA	VILA VELHA	29122-100
1358178	SEJUS	ROD BR 262, 1SN	COQUEIRAL VIANA	VIANA	29135-000
1684060	SEJUS	ROD BR 262, 1SN	GUARITAS	VIANA	29135-000
161139107	SEJUS	AV VITORIA, 2045	NAZARETH	VITORIA	29041-230
612893	PRODEST	AV JOAO BATISTA PARRA, 465	ENSEADA DO SUA	VITORIA	29050-925
9500002	HPM	AV JOUBERT DE BARROS, 555	BENTO FERREIRA	VITORIA	29050-720
147446	PMES	AV GUANABARA, 1SN	YOLANDA	NOVA VENECIA	29830-000
150806	PMES	ROD BR 101 SUL, 1SN	GUARITAS	VIANA	29135-000
642149	PMES	AV JOAO XXIII, 2SN	BOA VISTA	SAO MATEUS	29931-220
1363069	PMES	ROD BR - 101 NORTE CONTORNO, 1SN	ANDRE CARLONI	SERRA	29161-853
9500986	PMES	AV MARUIPE, 2111	SAO CRISTOVAO	VITORIA	29048-463
9501531	PMES	ROD SERAFIM DERENZI, 11240	SAO CRISTOVAO	VITORIA	29048-516
9501532	PMES	ROD GOVR JOSE HENRIQUE SETTE, 1SN	SANTANA	CARIACICA	29154-200
160639774	PMES	RUA BOGOTA, 1SN	JARDIM AMERICA	CARIACICA	29140-110
160663680	PMES	ROD SERAFIM DERENZI, 11240	SANTA MARTHA	VITORIA	29048-516
161157152	PMES	ROD BR 262, 1SN	ARACE	DOMINGOS MARTINS	29278-000
144488	IASES	EST ROCAS VELHAS, 1SN	PORTO DE CARIACICA	CARIACICA	29140-000
1788583	IASES	EST DA EMESPE, 1SN	ITANHENGA	CARIACICA	29140-001
9501547	IASES	AV JERONIMO MONTEIRO, 96	CENTRO	VITORIA	29010-002
160065894	IASES	ROD DO CONTORNO, 1SN	MONTE LIBANO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29300-000
160094307	IASES	EST BEBEDOURO X REGENCIA, 1SN	BANANAL DO SUL	LINHARES	29900-001
160101225	IASES	FAZ STA FE, 1SN	CAMBOAPINA	VILA VELHA	29100-000
9500016	SEGER	AV GOVR BLEY, 236	CENTRO	VITORIA	29010-150
160107308	SEGER	RUA S JOAO, 500	SANTO ANDRE	CARIACICA	29144-766
9501277	SEGER	AV VITORIA, 2703	HORTO	VITORIA	29045-160
160075595	SEDU	RUA DIRCEU CARDOSO, 240	IRMAOS FERNANDES	BARRA DE SAO FRANCISCO	29800-000
160709653	SEDU	AL JOAO XXIII, 1SN	CENTRO	BARRA DE SAO FRANCISCO	29800-000
160286864	SEDU	RUA JOAQUIM DE SOUZA LIMA, 260	CENTRO	ECOPORANGA	29850-000
160691745	SEDU	PCA TOLentino XAVIER RIBEIRO, 1SN	CENTRO	ECOPORANGA	29850-000
160522227	SEDU	RUA ADELAIDE RAMLOW, 1SN	CENTRO	VILA PAVAO	29843-000
160866047	SEDU	RUA MATEUS TOSCANO, 163	MUNICIPAL I	NOVA VENECIA	29830-000
161190969	SEDU	CRG S ROQUE DO ESTEVAO, 1SN	AREA RURAL	VILA PAVAO	29843-000
161184594	SEDU	AV CARLOS KRAUZER, 1SN	SANTO ANTONIO DO QUINZE	NOVA VENECIA	29830-000
160252798	SEDU	RUA ANTONIO SAMPAIO, 1423	SAPUCAIA	BAIXO GUANDU	29730-000
161145320	SEDU	RUA QUINTINO BOCAIUVA, 442	SAPUCAIA	BAIXO GUANDU	29730-000
161179738	SEDU	RUA PRES KENNEDY, 190	VINHATICO	MONTANHA	29890-000
160448892	SEDU	RUA ACRE, 1SN	CENTRO	PONTO BELO	29885-000
161161586	SEDU	RUA EURICO RESENDE, 1SN	CENTRO	PINHEIROS	29980-000
161162873	SEDU	RUA TREZE DE DEZEMBRO, 1SN	CENTRO	JAGUARE	29950-000
161177846	SEDU	AV EDWARD NASCIMENTO, 1SN	NOVO HORIZONTE	PEDRO CANARIO	29970-000
160233140	SEDU	AV ANTONIO GUEDES ALCOFORADO, 194	CENTRO	PEDRO CANARIO	29970-000
160216039	SEDU	RUA FRANCISCO PORFIRIO DE SOUZA, 1SN	CRISTAL DO NORTE	PEDRO CANARIO	29970-000
160214293	SEDU	AV BRASIL, 203	VILA NOVA	SAO MATEUS	29941-090
161146959	SEDU	RUA CEL CONSTANTINO CUNHA, 1890	CENTRO	SAO MATEUS	29930-360
160378629	SEDU	RUA DR RAIMUNDO GUILHERME SOBRINHO, 433	SERNAMBY	SAO MATEUS	29930-480



Instalação	Órgão	Endereço			
		Rua/nº	Bairro	Município	CEP
160566604	SEDU	RUA S DOMINGOS, 1SN	SANTA MARIA	SAO MATEUS	29930-000
161179737	SEDU	RUA CAMILO SILVA, 1SN	NESTOR GOMES	SAO MATEUS	29949-020
161190504	SEDU	RUA ARISTIDES BITTI, 350	DE CARLI	ARACRUZ	29194-006
161109162	SEDU	AV AURELIO ALVARENGA, 1SN	GUARANA	ARACRUZ	29195-421
161164294	SEDU			ARACRUZ	
161072786	SEDU	RUA S BENEDITO, 1SN	VILA DO RIACHO	ARACRUZ	29197-105
161178499	SEDU	AV PROF APARICIO ALVARENGA, 145	BARRA DO RIACHO	ARACRUZ	29197-556
161206091	SEDU			ARACRUZ	
160278807	SEDU	RUA VICENTE FERNANDES DE OLIVEIRA, 1SN	CENTRO	FUNDAO	29185-000
161189219	SEDU	RUA DANIEL CAMBONI, 1SN	CENTRO	IBIRACU	29670-000
161178505	SEDU	RUA DANIEL CAMBONI, 1SN	CENTRO	IBIRACU	29670-000
161192773	SEDU			JOAO NEIVA	
160367806	SEDU	AV GOVR JONES DOS SANTOS NEVES, 8	CENTRO	LINHARES	29900-384
161108945	SEDU	AV PRES CAFE FILHO, 650	NOVO HORIZONTE	LINHARES	29902-400
160274222	SEDU	AV NICOLA BIANCARDI, 490	SHELL	LINHARES	29901-484
161129266	SEDU	AV ANA BARCELOS CORREA, 1488	BEBEDOURO	LINHARES	29915-145
161108303	SEDU	RUA VITORIO BOBBIO, 412	CENTRO	SOORETAMA	29927-000
148248	SEDU	RUA RUTI AMELIA GASTIM PADUA, 124	SAO TARCISIO	AFONSO CLAUDIO	29600-000
160151998	SEDU	RUA CAMPO VELHO, 1SN	VILA PAULISTA	BARRA DE SAO FRANCISCO	29800-000
160286491	SEDU	FAZ LEOGILDO, 1SN	CORREGO SAO DOMINGOS	BREJETUBA	29630-000
161208262	SEDU	RUA WERNER HORST RUCHIDESCHEL, 227	VILA PONTOES	AFONSO CLAUDIO	29600-000
144862	SEDU	RUA ELIEZER LACERDA FAFA, 1SN	CENTRO	DOMINGOS MARTINS	29260-000
161061738	SEDU	AV CARLOS PALACIO, 1SN	CENTRO	ARANJA DA TERRA	29615-000
160750021	SEDU	RUA QUINTA DOS LAGOS, 1SN	CENTRO	MARECHAL FLORIANO	29255-000
161190763	SEDU			VENDA NOVA DO IMI-GRANTE	
161179741	SEDU	AV DEZESSETE DE FEVEREIRO, 160	CENTRO	ITAGUACU	29690-000
161148854	SEDU	RUA VALENTIM DE MARTINS, 303	CENTRO	ITARANA	29620-000
161159569	SEDU			SANTA LEOPOLDINA	
161108526	SEDU	AV CENTRAL, 1SN	TABAJARA	CARIACICA	29154-492
160265230	SEDU	RUA SEXTENTA E UM, 1SN	NOVA ROSA DA PENHA I	CARIACICA	29157-432
160208932	SEDU	RUA LOURIVAL DE ALMEIDA, 1SN	FLEXAL	CARIACICA	29155-720
161128430	SEDU	ROD GOVR JOSE HENRIQUE SETTE, 1SN	TABAJARA	CARIACICA	29154-580
160247940	SEDU	RUA COLINA, 1SN	MUCURI	CARIACICA	29148-620
160777611	SEDU	RUA LEANDRO DEL HOMO, 1SN	SAO FRANCISCO	CARIACICA	29145-334
160299868	SEDU	RUA RIO DOCE, 1132	PORTO DE SANTANA	CARIACICA	29153-073
160646307	SEDU	RUA DO SESI, 1SN	PORTO DE SANTANA	CARIACICA	29153-076
160742506	SEDU	RUA TRINTA E UM DE MARCO, 1SN	ITACIBA	CARIACICA	29150-015
161118320	SEDU	AV VIRGINIA RAMOS, 1SN	ALZIRA RAMOS	CARIACICA	29141-061
160276768	SEDU	RUA FUNDAO, 1SN	VILA CAPIXABA	CARIACICA	29148-140
160265305	SEDU	RUA CARLOS ROGERIO DE JESUS GOMES, 1SN	CRUZEIRO DO SUL	CARIACICA	29144-190
161078355	SEDU	RUA STA LUCIA, 1SN	ALTO LAGE	CARIACICA	29151-255
161164641	SEDU	RUA CLARICIO ALVES RIBEIRO, 1SN	ITANGUA	CARIACICA	29149-800
160320645	SEDU	AV PERIMETRAL, 1SN	VALE DA ESPERANCA	CARIACICA	29141-010
161175974	SEDU	BC S DOMINGOS, 1SN	SAO DOMINGOS	SERRA	29177-513
160417309	SEDU	BC BARNABE DO NASCIMENTO NUNES, 1SN	CENTRO	SERRA	29176-041
160338248	SEDU	RUA DOS ESTUDANTES, 1SN	CENTRO	SERRA	29176-022
161205764	SEDU	RUA FLOR DE CACTUS, 1SN	FEU ROSA	SERRA	29172-045



Instalação	Órgão	Endereço			
		Rua/nº	Bairro	Município	CEP
161175683	SEDU	BC ELIAS THOMAS, 1SN	BOA VISTA II	SERRA	29161-033
161129268	SEDU	RUA MARIA DE FATIMA DA COSTA, 1SN	ANDRE CARLONI	SERRA	29160-000
161202467	SEDU			SERRA	
161144600	SEDU	RUA DISTRITO FEDERAL, 3	CENTRAL DE CARAPINA	SERRA	29161-567
161106084	SEDU	RUA MIGUEL JOSE, 1SN	PITANGA	SERRA	29169-830
161213840	SEDU	RUA 13 DE MAIO, 1SN	TAQUARA II	SERRA	29178-109
161200172	SEDU	AV GUARAPARI, 1SN	VALPARAISO	SERRA	29165-791
160977511	SEDU	RUA VITORIA REGIA, 1SN	FEU ROSA	SERRA	29172-075
161174107	SEDU	RUA DEZESSETE, 1SN	MARINGA	SERRA	29168-308
161089148	SEDU	AV RIO DOCE, 1SN	ELDORADO	SERRA	29169-400
161175975	SEDU	RUA PATOS DE MINAS, 1SN	NOVA CARAPINA II	SERRA	29170-197
161152738	SEDU	AV SANTAREM, 1SN	BARCELONA	SERRA	29166-400
161179818	SEDU	RUA BEIJA FLOR II, 1SN	TAQUARA I	SERRA	29167-741
161164732	SEDU			SERRA	
161099884	SEDU	RUA DAS PERDIZES, 1SN	EURICO SALLES	SERRA	29160-182
161100988	SEDU	PCA DR PEDRO FEU ROSA, 1	DE FATIMA	SERRA	29160-815
161171615	SEDU	RUA GUIMARAES ROSA, 1SN	CHACARA PARREIRAL	SERRA	29164-360
160055136	SEDU	AV BRASILIA, 1SN	PORTO CANOA	SERRA	29168-600
161162350	SEDU	RUA DA ESCOLA, 1SN	JACARAPE	SERRA	29173-385
160186976	SEDU	RUA GOITACAZES, 1SN	LARANJEIRAS VELHA	SERRA	29160-000
160100850	SEDU	RUA RUBI, 1SN	SOLAR DE ANCHIETA	SERRA	29162-813
161164760	SEDU	AV CEL MANOEL NUNES, 1SN	LARANJEIRAS VELHA	SERRA	29162-010
161170521	SEDU	AV DES MARIO DA SILVA NUNES, 1000	JARDIM LIMOEIRO	SERRA	29164-044
161171751	SEDU			SERRA	
161184688	SEDU	AV BNH, 1SN	PARQUE RESIDENCIAL LA-RANJEIRAS	SERRA	29165-610
160230137	SEDU	RUA STA HELENA, 125	VILA BETHANIA	VIANA	29135-000
160620658	SEDU	RUA OLIVAL PIMENTEL, 124	CENTRO	VIANA	29135-000
161138773	SEDU	RUA E, 1SN	TERRA VERMELHA	VILA VELHA	29100-000
161118254	SEDU	AV STA LEOPOLDINA, 1SN	COQUEIRAL DE ITAPARICA	VILA VELHA	29102-211
161138684	SEDU			VILA VELHA	
160220907	SEDU	RUA MOURISCO, 1SN	GLORIA	VILA VELHA	29122-070
160797429	SEDU	RUA RUBEM BRAGA, 1SN	BOA VISTA I	VILA VELHA	29102-640
161166736	SEDU	RUA BERNARDO SCHNEIDER, 1SN	CENTRO	VILA VELHA	29100-170
161190791	SEDU	RUA ANTONIO ABRAAO, 1SN	ILHA DAS FLORES	VILA VELHA	29115-550
160304111	SEDU	RUA S SALVADOR, 1SN	ARIBIRI	VILA VELHA	29120-020
161177558	SEDU	RUA ALECRIM, 100	NOVO MEXICO	VILA VELHA	29126-704
161174074	SEDU	AV VITORIA REGIA, 1SN	SANTOS DUMONT	VILA VELHA	29109-203
160616643	SEDU	RUA ONZE, 100	VILA NOVA	VILA VELHA	29100-000
160151897	SEDU	RUA PAULO NEVES, 1SN	SANTA RITA	VILA VELHA	29118-590
160701590	SEDU	RUA THADEU RAUTA, 1SN	COBILANDIA	VILA VELHA	29111-065
160099432	SEDU	RUA S BENTO, 66	CENTRO	VITORIA	29016-290
1787534	SEDU	AV VITORIA, 500	FORTE SAO JOAO	VITORIA	29017-020
161092868	SEDU	RUA WILSON FREITAS, 1SN	CENTRO	VITORIA	29016-340
160043675	SEDU	RUA ALEIXO NETTO, 1060	PRAIA DO CANTO	VITORIA	29055-260
160270264	SEDU	RUA ENG RUBENS BLEY, 100	PENHA	VITORIA	29047-170
160660642	SEDU	AV DARIO LOURENCO DE SOUZA, 1SN	MARIO CYPRESTE	VITORIA	29026-080
143025	SEDU	RUA FRANCISCO ARAUJO, 1SN	CENTRO	VITORIA	29015-090



Instalação	Órgão	Endereço			
		Rua/nº	Bairro	Município	CEP
143716	SEDU	PCA CRISTOVAO JACQUES, 260	SANTA HELENA	VITORIA	29055-070
161133830	SEDU	RUA JOANA ROSALEM MIOZZI, 1SN	GOIABEIRAS	VITORIA	29075-376
1130220	SEDU	RUA PRES NEREU RAMOS, 1SN	REPUBLICA	VITORIA	29070-160
160074739	SEDU	EST ANCHIETA X JABAQUARA, 1078	NOVA ESPERANCA	ANCHIETA	29230-000
161141702	SEDU	RUA LAURO SIMOES, 1SN	ITAPEBUSSU	GUARAPARI	29210-020
161190972	SEDU	RUA MANOEL ALVARENGA, 1SN	PEROAO	GUARAPARI	29200-000
160420145	SEDU	RUA LAURO SIMOES, 1SN	ITAPEBUSSU	GUARAPARI	29210-020
161133812	SEDU	RUA WALTRUDES A. ROSA, 1SN	KUBITSCHK	GUARAPARI	29200-000
160212951	SEDU	RUA JOAQUIM DA SILVA LIMA, 58	CENTRO	GUARAPARI	29200-260
161190973	SEDU	AV DANILO MONTEIRO CASTRO, 229	CENTRO	ICONHA	29280-000
161182077	SEDU	RUA CAP BLEY, 19	CENTRO	RIO NOVO DO SUL	29290-000
161155932	SEDU	RUA DR WANDERLEY, 1SN	CENTRO	ALEGRE	29500-000
161096872	SEDU	RUA ADAIR FURTADO DE SOUZA, 1SN	CENTRO	DORES DO RIO PRETO	29580-000
161189200	SEDU	RUA ADOLFO BATISTA, 1SN	CENTRO	DIVINO DE SAO LOURENCO	29590-000
148717	SEDU	ROD BR 482, 1SN	CENTRO	GUACUI	29560-000
160650656	SEDU	RUA JOAO MARIANO, 27	CENTRO	IRUPI	29398-000
160251227	SEDU	RUA DES EPAMINONDAS AMARAL, 190	CENTRO	IUNA	29390-000
161203602	SEDU	RUA PREF JOSE RAPOSO, 1SN	PEQUIA	IUNA	29390-000
160443595	SEDU	RUA CAP JOAO ALVES, 60	CENTRO	MUNIZ FREIRE	29380-000
145336	SEDU	AV NS DA CONSOLACAO, 90	VILA RICA	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29301-080
145494	SEDU	RUA PEDRO SILVAN, 1SN	CORONEL BORGES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29306-240
161186881	SEDU			CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	
161193635	SEDU	RUA AGUILAR FERREIRA ATHAYDE, 83	MONTE BELO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29314-775
160443347	SEDU	RUA JOAO FRANKLIN MACHADO, 1SN	ABELARDO FERREIRA MACHADO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29309-274
161219572	SEDU	RUA BERNARDO DE ALMEIDA, 72	MARIA ORTIZ	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29301-540
161212529	SEDU	RUA HUMBERTO TIRELLO, 82	AEROPORTO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29314-110
160074192	SEDU	RUA MOREIRA, 171	INDEPENDENCIA	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29306-320
161151257	SEDU	RUA CUSTODIO MOULIS, 1SN	SOTURNO	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	29300-000
160246273	SEDU	RUA MACHADO DE ASSIS, 694	SANTO ANDREZINHO	CASTELO	29360-000
148414	SEDU	RUA JOAQUIM L GUIMARAES, 1SN	CENTRO	MIMOSO DO SUL	29400-000
161205599	SEDU	PCA DEP EVALDO RIBEIRO DE CASTRO, 1SN	CENTRO	MIMOSO DO SUL	29400-000
160130035	SEDU	RUA DO LATICINIO, 1SN	CENTRO	MUQUI	29480-000
160057880	SEDU	PCA ALBERTO DO CARMO, 70	CENTRO	VARGEM ALTA	29295-000
161190974	SEDU	PCA PADRE OLIVIO, 1SN	CENTRO	VARGEM ALTA	29295-000
161141370	SEDU	RUA DIRCEU DE PAULA MOREIRA, 1SN	JACARANDA	MARATAIZES	29345-000
160624597	SEDU	ROD ES 490 SAFRA - MARATAIZES, 1SN	GRAUNA	ITAPEMIRIM	29330-000
160300013	SEDU	AV MAURICIO DE SOUZA E SILVA, 1SN	ITAOCA	ITAPEMIRIM	29330-000
161161628	SEDU	AV CRISTIANO DIAS LOPES FILHO, 1SN	CENTRO	ITAPEMIRIM	29330-000
161092101	SEDU	ROD GARRAFAO, 1SN	GARRAFAO	ITAPEMIRIM	29330-000
160326699	SEDU	RUA JOAO MENDES, 1SN	COQUEIRAL DE ITAPARICA	VILA VELHA	29100-000
160197091	SEDU	RUA AMADEUS MUNIZ CORREA, 1SN	ILHA DAS CAIEIRAS	VITORIA	29032-170
161117561	SEDU	AV VITORIA, 1SN	MARCILIO DE NORONHA	VIANA	29135-000
160001896	SEDU	RUA ACUCENA, 31	SERRA DOURADA II	SERRA	29171-217
161109980	SEDU	AV DAS ARABIAS, 1SN	CIDADE CONTINENTAL SETOR ASIA	SERRA	29163-646
160591661	SEDU	AV HONOLULU, 1SN	CIDADE CONTINENTAL SETOR OCEANIA	SERRA	29163-453



Instalação	Órgão	Endereço			
		Rua/nº	Bairro	Município	CEP
161171571	SEDU	AV HO CHI MING, 1SN	CIDADE CONTINENTAL SE- TOR ASIA	SERRA	29164-541
160672679	SEDU	RUA GAL ARISTIDES GUARANA, 1SN	CENTRO	ARACRUZ	29190-050
161178331	SEDU	RUA ONZE, 1SN	PARQUE RESIDENCIAL MA- RACANA	CARIACICA	29142-859
161103261	SEDU	AV BELO HORIZONTE, 1SN	PRAIAMAR	SERRA	29182-213
161174098	SEDU	AV MARTIN AFONSO DE SOUZA, 1SN	INTERLAGOS	LINHARES	29903-031
160367836	SEDU	RUA RIO ITAPEMIRIM, 1SN	SANTA CATARINA	CARIACICA	29143-616
161206001	SEDU	RUA S CRISTOVAO, 1SN	QUILOMBO	IUNA	29390-000
160208806	SEDU	AV ESPERA FELIZ, 1SN	GURIRI NORTE	SAO MATEUS	29946-600
1706131	SEDU	AV D, 1SN	TERRA VERMELHA	VILA VELHA	29100-000
1682249	SEDU	AV EUGENIO PACHECO DE QUEIROZ, 1SN	JARDIM CAMBURI	VITORIA	29092-170
161113305	SEDU	RUA CEL FRANCISCO ATHAYDE, 1SN	CENTRO	RIO NOVO DO SUL	29290-000
160251721	SEDU	RUA PRINCIPAL, 1SN	JUNCADO	SOORETAMA	29927-000
160835697	SEDU	AV PRES TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 1	VILA KENNEDY	BAIXO GUANDU	29730-000
160546903	SEDU	ROD SERAFIM DERENZI, 3115	SAO PEDRO	VITORIA	29030-026
160591393	SEDU	RUA FUNDAO, 1SN	PLANALTO SERRANO BLOCO A	SERRA	29160-000
160682499	SEDU	AV OCTAVIO BORIN, 1SN	COBILANDIA	VILA VELHA	29111-205
161213084	SEDU	LAD UTE AMELIA GASTIN PADUA, 1SN	CONSTANTINO DELPUPO	AFONSO CLAUDIO	29600-000
160772016	SEDU	RUA AGUIA, 1SN	NOVO HORIZONTE	SERRA	29163-342
160560778	SEDU	AV MARIANA DAMAZIO FLORES, 701	ANCHIETA	ANCHIETA	29230-000
161213125	SEDU			CONCEIÇÃO DO CASTELO	
160274975	SEDU	BC ALFREDO GALENO, 1SN	VILA NOVA DE COLARES	SERRA	29172-855
161212250	SEDU			MUCURICI	
146586	SEDU	RUA CAP JOSE MARIA, 1SN	ARACA	LINHARES	29901-455
160603498	SEDU	PCA JONES SANTOS NEVES, 175	CENTRO	NOVA VENECIA	29830-000
161173262	SEDU	AV JONES DOS SANTOS NEVES, 1SN	CENTRO	SAO MATEUS	29930-015
160793960	SEDU	ROD BR 262, 1SN	PRIMAVERA	VIANA	29135-160
160342360	SEDU	RUA SANTA LUZIA, 1SN	PRAIA DA COSTA	VILA VELHA	29108-035



ANEXO B – Consumos e demandas das unidades consumidoras

ÓRGÃO LICITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

OBJETO: Contratação de serviços especializados de gestão e fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) proveniente de fontes incentivadas 50%, por meio de comercializadora varejista devidamente habilitada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Unidades consumidoras da SESA

CNPJ 27.080.605/0001-96 (contratante)

CNPJ 27.080.605/0010-87 (CREFES)

CNPJ 27.080.605/0014-00 (HEAC)

CNPJ 27.080.605/0019-15 (HDAMF - antigo HDRC)

CNPJ 27.080.605/0018-34 (HRAES)

CNPJ 27.080.605/0012-49 (CRE METROPOLITANO)

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
144021	V4	177	177	29.220	438.533	467.753	0,0534	0,00
144701	V4	100	100	94.197	967.176	1.061.373	0,1212	0,00
147057	V4	269	269	84.226	810.046	894.272	0,1021	0,00
147170	A4	640	500	196.370	1.974.208	2.170.578	0,2478	0,00
148559	V4	82	82	36.579	425.564	462.143	0,0528	0,00
934167	V4	400	400	114.767	1.205.775	1.320.542	0,1507	0,00
1242296	V4	73	73	42.977	461.276	504.253	0,0576	0,00
9500743	V4	30	30	1.089	21.378	22.467	0,0026	0,00
9501960	V4	95	95	50.116	478.686	528.802	0,0604	0,00
9502261	V4	225	225	26.829	504.198	531.027	0,0606	0,00
9502340	V4	352	352	85.006	1.106.948	1.191.954	0,1361	0,00
9502682	V4	400	400	45.963	700.851	746.814	0,0853	0,00
9502839	V4	100	100	76.385	889.742	966.127	0,1103	0,00
TOTAL				883.724	9.984.381	10.868.105	1,24	0,00

Unidades consumidoras da SEJUS

CNPJ 36.388.023/0001-62

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
144622	V4	30	30	13.089	152.766	165.855	0,0189	0,00
144762	V4	81	81	32.198	316.782	348.980	0,0398	0,00
731853	V4	85	85	35.749	362.818	398.567	0,0455	0,00
824411	V4	30	30	10.405	97.620	108.025	0,0123	0,00
1371609	V4	30	30	10.827	74.391	85.218	0,0097	30,00
1423527	V4	60	60	14.048	95.972	110.020	0,0126	42,00
1744282	V4	52	52	26.195	251.536	277.731	0,0317	0,00
1928057	V4	30	30	17.565	189.251	206.816	0,0236	0,00
1978139	V4	30	30	15.155	140.011	155.166	0,0177	0,00
9502723	V4	120	120	40.502	468.013	508.515	0,0580	0,00
9502790	V4	70	70	28.171	257.413	285.584	0,0326	0,00



(cont.)

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
160005420	V4	90	90	48.457	481.196	529.653	0,0605	0,00
160027592	V4	56	56	33.260	289.736	322.996	0,0369	0,00
160032749	V4	80	80	40.781	388.440	429.221	0,0490	0,00
160098260	V4	50	50	25.697	364.318	390.015	0,0445	0,00
160107889	V4	100	100	73.190	692.730	765.920	0,0874	0,00
160132427	V4	85	85	38.025	274.405	312.430	0,0357	84,00
160140245	V4	115	115	76.255	857.813	934.068	0,1066	74,62
160185468	V4	80	80	30.299	280.341	310.640	0,0355	74,62
160185476	V4	97	97	40.463	470.269	510.732	0,0583	74,62
160185479	V4	108	108	41.545	485.382	526.927	0,0602	74,62
160209416	V4	88	88	40.900	519.660	560.560	0,0640	74,62
160215346	V4	68	68	47.491	470.019	517.510	0,0591	0,00
160993362	V4	30	30	15.929	131.102	147.031	0,0168	0,00
161078408	A4	150	300	69.219	841.618	910.837	0,1040	0,00
161080585	V4	30	30	13.538	137.967	151.505	0,0173	0,00
1358178	V4	107	107	57.443	465.880	523.323	0,0597	106,00
1684060	V4	45	45	16.263	112.853	129.116	0,0147	38,00
161139107	V4	100	100	6.291	101.173	107.464	0,0123	0,00
TOTAL				958.949	9.771.475	10.730.425	1,22	673,10

Unidades consumidoras do PRODEST CNPJ 28.162.790/0001-20

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
612893	V4	500	500	290.784	3.279.151	3.569.935	0,4075	-
TOTAL				290.784	3.279.151	3.569.935	0,41	-

Unidades consumidoras do HPM CNPJ 04.371.703/0001-87

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
9500002	A4	710	800	175.525	1.824.084	1.999.609	0,2283	694,30
TOTAL				175.525	1.824.084	1.999.609	0,23	694,30

Unidades consumidoras da PMES CNPJ 27.476.373/0001-90

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
147446	V4	53	53	17.270	127.479	144.749	0,0165	-
150806	V4	45	45	7.528	67.858	75.386	0,0086	-
642149	V4	45	45	20.830	184.712	205.542	0,0235	-
1363069	V4	30	30	11.697	117.996	129.693	0,0148	-
9500986	V4	500	500	66.708	917.530	984.238	0,1124	-



(cont.)

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
9501531	V4	110	110	5.171	77.439	82.610	0,0094	-
9501532	V4	127	127	50.334	654.640	704.974	0,0805	-
160639774	V4	86	86	20.294	180.103	200.397	0,0229	-
160663680	V4	187	187	20.569	208.362	228.931	0,0261	-
161157152	V4	100	100	2.343	20.646	22.989	0,0026	-
TOTAL				222.745	2.556.765	2.779.510	0,32	-

Unidades consumidoras do IASES CNPJ 30.967.111/0001-32

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
144488	A4	152	152	57.892	582.241	640.133	0,0731	-
1788583	V4	44	44	23.733	234.920	258.653	0,0295	-
9501547	V4	360	360	23.596	435.126	458.722	0,0524	-
160065894	V4	64	64	34.591	332.721	367.312	0,0419	-
160094307	V4	180	180	31.712	331.178	362.890	0,0414	-
160101225	A4	30	30	22.510	224.513	247.023	0,0282	-
TOTAL				194.034	2.140.699	2.334.733	0,27	-

Unidades consumidoras da SEGER CNPJ 07.162.270/0001-48

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
9500016	V4	570	570	24.339	525.332	549.670	0,0627	-
160107308	V4	395	395	22.639	815.949	838.588	0,0957	-
9501277	V4	191	191	13.231	283.081	296.312	0,0338	-
TOTAL				60.209	1.624.362	1.684.570	0,19	-

Unidades consumidoras da SEDU CNPJ 27.080.563/0001-93

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
160075595	V4	69	69	19.870	98.859	118.730	0,0136	55,44
160709653	V4	157	157	19.076	259.445	278.520	0,0318	75,53
160286864	V4	90	90	20.382	93.159	113.541	0,0130	134,64
160691745	V4	92	92	19.146	126.539	145.685	0,0166	68,88
160522227	V4	75	75	11.317	99.763	111.079	0,0127	0,00
160866047	V4	87	87	23.459	111.945	135.404	0,0155	74,62
161190969	V4	30	30	1.381	24.060	25.441	0,0029	0,00
161184594	V4	48	48	3.791	56.122	59.912	0,0068	0,00
160252798	V4	70	70	13.766	92.127	105.893	0,0121	75,53
161145320	V4	74	74	4.608	86.402	91.010	0,0104	0,00
161179738	V4	37	37	2.573	40.183	42.756	0,0049	0,00



(cont.)

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
160448892	V4	78	78	19.842	139.061	158.904	0,0181	0,00
161161586	V4	56	56	16.134	116.585	132.718	0,0152	0,00
161162873	V4	61	61	28.911	124.959	153.869	0,0176	0,00
161177846	V4	40	40	11.305	77.822	89.127	0,0102	0,00
160233140	V4	97	97	10.279	110.953	121.232	0,0138	54,94
160216039	V4	69	69	13.089	94.364	107.453	0,0123	53,30
160214293	V4	72	72	12.297	111.809	124.107	0,0142	0,00
161146959	V4	37	37	2.959	20.755	23.715	0,0027	0,00
160378629	V4	69	69	9.649	80.046	89.695	0,0102	71,80
160566604	V4	30	30	6.344	42.456	48.801	0,0056	75,53
161179737	V4	54	54	8.449	80.160	88.609	0,0101	0,00
161190504	V4	44	44	15.973	104.940	120.913	0,0138	0,00
161109162	V4	70	70	12.977	86.844	99.821	0,0114	0,00
161164294	V4	70	70	14.138	94.618	108.756	0,0124	0,00
161072786	V4	70	70	14.922	99.863	114.785	0,0131	0,00
161178499	V4	50	50	10.967	84.653	95.620	0,0109	0,00
161206091	V4	100	100	18.455	123.505	141.960	0,0162	0,00
160278807	V4	102	102	14.623	131.938	146.560	0,0167	0,00
161189219	V4	64	64	6.835	64.857	71.692	0,0082	0,00
161178505	V4	39	39	5.161	58.978	64.139	0,0073	0,00
161192773	V4	70	70	13.800	94.956	108.756	0,0124	0,00
160367806	V4	129	129	20.620	221.805	242.425	0,0277	0,00
161108945	V4	116	116	25.166	182.399	207.565	0,0237	0,00
160274222	V4	117	117	28.760	212.096	240.855	0,0275	74,83
161129266	V4	30	30	140	1.841	1.981	0,0002	0,00
161108303	V4	100	100	18.387	123.049	141.436	0,0161	74,62
148248	V4	59	59	8.890	51.468	60.358	0,0069	54,94
160151998	V4	50	50	6.056	35.556	41.612	0,0048	53,95
160286491	V4	50	50	3.298	38.314	41.612	0,0048	53,30
161208262	V4	100	100	10.829	140.971	151.800	0,0173	60,72
144862	V4	30	30	5.520	70.363	75.883	0,0087	0,00
161061738	V4	75	75	4.118	67.163	71.280	0,0081	0,00
160750021	V4	30	30	6.123	40.980	47.103	0,0054	33,22
161190763	V4	70	70	14.138	94.618	108.756	0,0124	0,00
161179741	V4	82	82	6.168	93.700	99.868	0,0114	0,00
161148854	V4	69	69	5.823	92.533	98.356	0,0112	0,00
161159569	V4	70	70	14.138	94.618	108.756	0,0124	0,00
161108526	V4	47	47	15.186	109.233	124.420	0,0142	0,00
160265230	V4	60	60	17.422	75.525	92.947	0,0106	53,95
160208932	V4	58	58	16.201	103.836	120.038	0,0137	0,00
161128430	V4	41	41	6.735	98.853	105.588	0,0121	0,00
160247940	V4	76	76	5.452	105.943	111.395	0,0127	55,61
160777611	V4	93	93	48.632	121.934	170.566	0,0195	74,83
160299868	V4	72	72	17.246	142.294	159.540	0,0182	0,00
160646307	V4	67	67	8.040	108.336	116.375	0,0133	0,00



(cont.)

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
160742506	V4	121	121	22.718	201.185	223.902	0,0256	75,53
161118320	V4	75	75	8.164	103.609	111.773	0,0128	0,00
160276768	V4	80	80	17.718	114.670	132.387	0,0151	56,03
160265305	V4	134	134	38.458	208.997	247.455	0,0282	54,94
161078355	V4	64	64	22.394	89.765	112.159	0,0128	74,83
161164641	V4	89	89	18.256	188.678	206.934	0,0236	74,83
160320645	V4	141	141	16.134	178.037	194.171	0,0222	56,44
161175974	V4	30	30	5.817	63.523	69.339	0,0079	0,00
160417309	V4	128	128	31.458	242.751	274.209	0,0313	74,62
160338248	V4	114	114	21.670	209.715	231.385	0,0264	0,00
161205764	V4	57	57	14.322	94.434	108.756	0,0124	0,00
161175683	V4	60	60	12.085	124.387	136.472	0,0156	0,00
161129268	V4	60	60	9.518	102.460	111.978	0,0128	0,00
161202467	V4	120	120	28.454	190.426	218.880	0,0250	0,00
161144600	V4	40	40	8.793	58.847	67.640	0,0077	0,00
161106084	V4	30	30	4.456	29.824	34.280	0,0039	0,00
161213840	V4	70	70	7.944	100.812	108.756	0,0124	0,00
161200172	V4	78	78	27.611	191.269	218.880	0,0250	0,00
160977511	V4	74	74	29.486	110.675	140.161	0,0160	74,83
161174107	V4	44	44	3.242	39.477	42.719	0,0049	0,00
161089148	V4	150	150	8.902	216.524	225.426	0,0257	0,00
161175975	V4	51	51	6.960	101.437	108.397	0,0124	0,00
161152738	V4	58	58	14.031	105.102	119.133	0,0136	0,00
161179818	V4	54	54	7.523	85.880	93.403	0,0107	74,83
161164732	V4	54	54	0	0	0	0,0000	0,00
161099884	V4	61	61	14.925	109.770	124.694	0,0142	0,00
161100988	V4	88	88	16.283	123.634	139.917	0,0160	0,00
161171615	V4	75	75	11.817	102.898	114.716	0,0131	74,83
160055136	V4	118	118	20.467	166.076	186.543	0,0213	0,00
161162350	V4	33	33	12.194	130.120	142.315	0,0162	0,00
160186976	V4	52	52	10.945	119.007	129.952	0,0148	0,00
160100850	V4	88	88	12.565	129.368	141.933	0,0162	0,00
161164760	V4	48	48	15.827	79.283	95.110	0,0109	0,00
161170521	V4	136	136	25.919	248.112	274.031	0,0313	0,00
161171751	V4	70	70	14.138	94.618	108.756	0,0124	0,00
161184688	V4	136	136	3.750	32.803	36.553	0,0042	0,00
160230137	V4	73	73	11.919	97.155	109.074	0,0125	0,00
160620658	V4	88	88	15.042	131.512	146.554	0,0167	0,00
161138773	V4	61	61	19.825	98.850	118.675	0,0135	0,00
161118254	V4	48	48	16.631	102.461	119.091	0,0136	59,86
161138684	V4	48	48	15.482	103.610	119.091	0,0136	0,00
160220907	V4	75	75	12.207	127.200	139.407	0,0159	0,00
160797429	V4	65	65	21.668	86.106	107.773	0,0123	0,00
161166736	V4	53	53	7.927	83.468	91.396	0,0104	0,00
161190791	V4	59	59	5.414	53.982	59.396	0,0068	0,00



(cont.)

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
160304111	V4	126	126	10.962	174.321	185.282	0,0212	54,94
161177558	V4	47	47	11.999	72.817	84.816	0,0097	74,83
161174074	V4	99	99	20.627	161.403	182.030	0,0208	0,00
160616643	V4	66	66	11.242	72.323	83.565	0,0095	74,62
160151897	V4	96	96	8.888	129.454	138.342	0,0158	53,30
160701590	V4	148	148	27.040	230.021	257.061	0,0293	0,00
160099432	V4	31	31	7.544	52.375	59.919	0,0068	0,00
1787534	V4	133	133	38.137	310.738	348.875	0,0398	0,00
161092868	V4	40	40	7.027	47.026	54.053	0,0062	0,00
160043675	V4	80	80	15.651	104.741	120.392	0,0137	0,00
160270264	V4	83	83	16.669	150.716	167.385	0,0191	0,00
160660642	V4	92	92	24.349	136.021	160.370	0,0183	75,53
143025	V4	40	40	31.860	56.828	88.687	0,0101	0,00
143716	V4	76	76	18.280	143.175	161.455	0,0184	74,62
161133830	V4	76	76	18.016	148.975	166.991	0,0191	0,00
1130220	V4	124	124	14.328	194.169	208.497	0,0238	0,00
160074739	V4	97	97	17.406	112.071	129.477	0,0148	0,00
161141702	V4	66	66	19.689	90.240	109.929	0,0125	0,00
161190972	V4	70	70	5.732	103.024	108.756	0,0124	0,00
160420145	V4	145	145	41.226	277.782	319.008	0,0364	0,00
161133812	V4	40	40	8.962	59.973	68.935	0,0079	70,08
160212951	V4	40	40	8.558	57.271	65.828	0,0075	0,00
161190973	V4	77	77	6.500	57.137	63.637	0,0073	0,00
161182077	V4	75	75	18.114	112.751	130.865	0,0149	0,00
161155932	V4	33	33	15.338	93.418	108.756	0,0124	47,45
161096872	V4	30	30	7.347	19.024	26.372	0,0030	79,80
161189200	V4	70	70	14.138	94.618	108.756	0,0124	63,08
148717	V4	39	39	10.287	85.529	95.816	0,0109	0,00
160650656	V4	32	32	14.347	88.404	102.751	0,0117	0,00
160251227	V4	57	57	8.396	79.851	88.247	0,0101	0,00
161203602	V4	40	40	9.541	99.215	108.756	0,0124	0,00
160443595	V4	49	49	13.769	54.789	68.558	0,0078	71,28
145336	V4	129	129	13.801	127.640	141.441	0,0161	62,25
145494	V4	169	169	17.967	250.627	268.594	0,0307	70,93
161186881	V4	70	70	14.138	94.618	108.756	0,0124	0,00
161193635	V4	30	30	460	3.077	3.537	0,0004	0,00
160443347	V4	140	140	33.772	269.020	302.792	0,0346	70,93
161219572	V4	35	35	17.889	90.867	108.756	0,0124	55,44
161212529	V4	38	38	3.412	22.274	25.686	0,0029	0,00
160074192	V4	104	104	20.891	167.019	187.910	0,0215	70,93
161151257	V4	43	43	15.059	8.135	23.195	0,0026	0,00
160246273	V4	177	177	41.836	286.169	328.005	0,0374	0,00
148414	V4	60	60	10.848	72.598	83.446	0,0095	0,00
161205599	V4	94	94	24.346	194.534	218.880	0,0250	0,00
160130035	V4	83	83	17.989	133.818	151.807	0,0173	0,00



(cont.)

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
160057880	V4	36	36	9.804	59.260	69.063	0,0079	0,00
161190974	V4	70	70	6.720	102.036	108.756	0,0124	0,00
161141370	V4	47	47	7.665	77.373	85.038	0,0097	0,00
160624597	V4	57	57	15.345	114.039	129.384	0,0148	58,40
160300013	V4	73	73	22.470	139.046	161.516	0,0184	74,62
161161628	V4	50	50	13.044	117.698	130.742	0,0149	0,00
161092101	V4	30	30	5.738	38.399	44.137	0,0050	0,00
160326699	V4	105	105	30.924	184.011	214.935	0,0245	75,53
160197091	V4	86	86	19.583	155.735	175.318	0,0200	0,00
161117561	V4	81	81	17.562	132.267	149.829	0,0171	0,00
160001896	V4	44	44	34.079	55.446	89.526	0,0102	0,00
161109980	V4	38	38	6.474	59.814	66.288	0,0076	0,00
160591661	V4	120	120	29.285	189.595	218.880	0,0250	0,00
161171571	V4	103	103	13.784	128.667	142.451	0,0163	55,85
160672679	V4	70	70	14.612	97.791	112.403	0,0128	0,00
161178331	V4	57	57	6.738	60.244	66.982	0,0076	0,00
161103261	V4	57	57	14.502	109.742	124.244	0,0142	0,00
161174098	V4	65	65	9.859	105.007	114.865	0,0131	0,00
160367836	V4	92	92	22.600	118.045	140.645	0,0161	75,53
161206001	V4	44	44	34.168	184.712	218.880	0,0250	0,00
160208806	V4	74	74	22.883	101.144	124.026	0,0142	51,88
1706131	V4	78	78	23.436	110.083	133.519	0,0152	92,40
1682249	V4	80	80	14.644	89.536	104.181	0,0119	74,83
161113305	V4	30	30	5.842	39.098	44.940	0,0051	0,00
160251721	V4	60	60	13.483	132.996	146.479	0,0167	0,00
160835697	V4	156	156	14.804	234.045	248.849	0,0284	0,00
160546903	V4	116	116	17.099	215.368	232.467	0,0265	0,00
160591393	V4	108	108	17.503	182.681	200.184	0,0229	69,72
160682499	V4	98	98	18.857	130.412	149.270	0,0170	74,62
161213084	V4	35	35	14.643	127.317	141.960	0,0162	0,00
160772016	V4	84	84	8.996	109.524	118.521	0,0135	68,88
160560778	V4	130	130	38.144	247.308	285.452	0,0326	0,00
161213125	V4	40	40	6.551	60.540	67.090	0,0077	0,00
160274975	V4	92	92	19.784	170.673	190.457	0,0217	0,00
161212250	V4	70	70	14.138	94.618	108.756	0,0124	0,00
146586	V4	60	60	10.873	72.762	83.635	0,0095	0,00
160603498	V4	40	40	8.544	57.177	65.721	0,0075	0,00
161173262	V4	32	32	2.683	42.873	45.556	0,0052	0,00
160793960	V4	30	30	11.930	97.443	109.373	0,0125	0,00
160342360	V4	37	37	4.118	78.669	82.786	0,0095	0,00
TOTAL				2.748.914	20.846.455	23.595.369	2,69	3.923,95



Unidades consumidoras da INOVA
CNPJ 36.901.264/0001-63

Instalação	Tarifa	Dem P [kW]	Dem FP [kW]	Consumo P 12M [kWh]	Consumo FP 12M [kWh]	Consumo total 12M [kWh]	MMHE [MWm]	Pot. SGD local [kW]
144112	V4	210	210	94.953	951.192	1.046.145	0,1194	-
1746874	V4	56	56	20.186	210.351	230.537	0,0263	-
160011997	V4	400	400	207.771	2.105.072	2.312.843	0,2640	-
TOTAL				322.910	3.266.615	3.589.525	0,41	-



ANEXO C – Modelo de declaração de vistoria

ÓRGÃO LICITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

OBJETO: Contratação de serviços especializados de gestão e fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) proveniente de fontes incentivadas 50%, por meio de comercializadora varejista devidamente habilitada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Declaro, para fins de comprovação junto ao Governo do Estado do Espírito Santo, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada no(a) _____, na cidade de _____, realizou a vistoria nos locais abaixo relacionados para a elaboração de propostas, ocasião em que conheceu todas as áreas abrangidas, as condições técnicas exigidas para a execução dos serviços, tendo esclarecido todas as dúvidas junto ao Governo do Estado do Espírito Santo, acerca do objeto desta licitação.

Item	Órgão	Instalação	Endereço	Representante do Governo do ES	Responsável da LICITANTE

_____, ____ de _____ de 20XX

Assinatura do declarante do Governo do ES: _____

Nome do declarante do Governo do ES: _____

Declaro que a empresa obteve, junto ao Governo do Estado do Espírito Santo, todas as informações necessárias à elaboração de sua proposta de preços, considerando-se plenamente capacitada para o cumprimento integral das obrigações contratuais, não podendo, em hipótese alguma, alegar desconhecimento de condições, fatos ou circunstâncias que possam dificultar ou impedir a execução dos serviços.

Assinatura do representante da Empresa: _____

Nome do representante da Empresa: _____

Número da identidade do representante: _____

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ
(dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.



ANEXO D – Modelo de declaração formal de não realização de vistoria

ÓRGÃO LICITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

OBJETO: Contratação de serviços especializados de gestão e fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) proveniente de fontes incentivadas 50%, por meio de comercializadora varejista devidamente habilitada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Declaro, para fins de comprovação junto ao Governo do Estado do Espírito Santo, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada no(a) _____, na cidade de _____, não visitou os locais para elaboração de propostas. Contudo, manifesta que não caberão alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de condições, fatos ou circunstâncias que possam impossibilitar ou dificultar a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as obrigações assumidas.

_____, ____ de _____ de 20XX

Assinatura do representante da Empresa: _____

Nome do representante da Empresa: _____

Número da identidade do representante: _____

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ
(dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.



ANEXO E – Exigências de habilitação

ÓRGÃO LICITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

OBJETO: Contratação de serviços especializados de gestão e fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) proveniente de fontes incentivadas 50%, por meio de comercializadora varejista devidamente habilitada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

1. Habilitação técnica

- 1.1 Comprovação de associação à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em plena validade, com devida autorização para atuação como Comercializador Varejista.
- 1.1 Apresentação de declaração de adimplemento de obrigações emitidas pela CCEE, referente à liquidação financeira no mercado de curto prazo, pagamento de penalidades, aporte de garantias financeiras e contribuições associativas, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias.
- 1.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional, conforme determinado abaixo, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - 1.2.1 Será exigida a comprovação de migração de, no mínimo, 30 (trinta) unidades consumidoras do ACR para o ACL, e no gerenciamento simultâneo de contratos de energia no ACL de, no mínimo, 30 (trinta) unidades consumidoras com montante total de, no mínimo, 2,4 MW médios de energia proveniente de fontes incentivadas, por um período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses ininterruptos, equivalente a até 50% do volume estimado para a execução da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, conforme autorizado pelo art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.2.2 Para fins de compatibilidade, os interessados deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica que comprovem a execução de atividades de comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL);
 - 1.2.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;
 - 1.2.4 Os interessados deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, incluindo-se relatórios da CCEE com Certificado Digital, notas fiscais, ou contratos de venda de energia elétrica no ACL.
- 1.3 Os atestados de que trata o item anterior, a serem apresentados em papel timbrado e devidamente datados e assinados, deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - 1.3.1 Nome da empresa consumidora;



- 1.3.2 Razão social e endereço completo da empresa emissora;
 - 1.3.3 Indicação precisa do CNPJ da empresa emissora;
 - 1.3.4 Informação do local e data de expedição;
 - 1.3.5 Tipo de energia fornecida (ex.: eólica, fotovoltaica, etc.);
 - 1.3.6 Volume de energia contratado;
 - 1.3.7 Flexibilidades contratuais;
 - 1.3.8 Data de início e término do fornecimento de energia;
 - 1.3.9 Nome, telefone e e-mail da pessoa para contato da empresa emissora.
- 1.4 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, considerando a apresentação da DECLARAÇÃO DE VISTORIA ou da DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA, conforme o caso, nos termos do item 4.5 do Termo de Referência.
- 1.5 O licitante deverá apresentar, como parte da documentação técnica, cópia da minuta padrão do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL) utilizado em suas operações, devidamente atualizado e em conformidade com as normas da ANEEL e do CCEE.
- 1.6 Apresentar autodeclaração de que não incorreu em nenhum descumprimento financeiro nas operações da Câmara de Comercialização nos últimos 12 (doze) meses, o que inclui:
- 1.6.1 Não ter ficado inadimplente na Liquidação do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE);
 - 1.6.2 Não ter ficado inadimplente por não aportar garantias financeiras;
 - 1.6.3 Não ter contratos ajustados por inadimplência;
 - 1.6.4 Não ter histórico de processos de desligamento por descumprimento de obrigações.
- 1.7 Apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), que detenham experiência na execução de serviço de características semelhantes, nos seguintes termos:
- 1.7.1 Engenheiro eletricista: serviços de gestão técnica do contrato, migração para o ACL e interface com a distribuidora local;
 - 1.7.2 Especialista em mercado livre de energia: serviços de negociação de preços, monitoramento na CCEE e análise de riscos;
- 1.8 Para comprovação do atendimento do item anterior, deverão ser apresentados os seguintes documentos, para cada profissional:
- 1.8.1 Registro no conselho profissional competente;



1.8.2 Atestado de Responsabilidade Técnica ou Certidão de Acervo Técnico por execução dos serviços descritos nas alíneas do item 1.9;

1.8.3 Contratos ou declarações individuais, por escrito, dos profissionais apresentados, autorizando sua inclusão na equipe técnica e confirmando a sua futura participação na execução dos trabalhos, no caso de não comporem o quadro societário da empresa.

1.9 A empresa deverá assegurar a participação dos profissionais indicados no presente Termo de Referência na execução dos serviços contratados. A substituição desses profissionais somente poderá ocorrer mediante prévia aprovação da Administração, devendo os substitutos possuir qualificação técnica equivalente ou superior, devidamente comprovada, conforme o §6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Habilitação jurídica

2.1 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

2.2 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

2.3 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

2.4 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

2.5 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2.6 Ato Autorizativo da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), correspondente à classe dos agentes Geradores Concessionários de Serviço Público, Produtores Independentes ou Comercializadores de Energia Elétrica, conforme o caso, devidamente registrado e autorizado para a atuação no Mercado Livre de Energia.

3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



- 3.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei
- 3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- 3.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).
- 3.5 Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.
- 3.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal.
- 3.7 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- 3.8 Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

4. Habilitação econômico-financeira

- 4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, para as demais pessoas jurídicas.
- 4.2 Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.
- 4.3 Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 4.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

$$ILG = \frac{ATIVOCIRCULANTE(AC) + REALIZÁVELALONGOPRAZO(RLP)}{PASSIVOCIRCULANTE(PC) + PASSIVONÃOCIRCULANTE(PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVOTAL(AT)}{PASSIVOCIRCULANTE(PC) + PASSIVONÃOCIRCULANTE(PNC)}$$



$$ILC = \frac{ATIVOCIRCULANTE(AC)}{PASSIVOCIRCULANTE(PC)}$$

- 4.3.2 Quando qualquer dos índices for igual ou inferior a 1 (um), poderá o licitante atender ao requisito de habilitação demonstrando patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 4.4 Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.
- 4.5 Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.

ANEXO F – Valores contratuais dos órgãos e entidades

ÓRGÃO LICITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

OBJETO: Contratação de serviços especializados de gestão e fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) proveniente de fontes incentivadas 50%, por meio de comercializadora varejista devidamente habilitada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Energia Elétrica - Fornecimento Mercado Livre Tipo Energia: Incentivada/Renovável. Modalidade: Varejista Preço Fixo Com Encargos																			
N	Órgão	Sigla	CNPJ	Qtde. UCs	MW Médio	Ano: 2026 Código SIADES: 288629		Ano: 2027 Código SIADES: 288631		Ano: 2028 Código SIADES: 288627		Ano: 2029 Código SIADES: 288626		Ano: 2030 Código SIADES: 288628		Ano: 2031 Código SIADES: 288630		TOTAIS	
						Energia (MWh)	Valor anual	Energia (MWh)	Valor anual	Energia (MWh)	Valor anual	Energia (MWh)	Valor anual	Energia (MWh)	Valor anual	Energia (MWh)	Valor anual	Energia (MWh)	Valor anual
1	Secretaria de Estado da Saúde	SESA	27.080.605/0001-96	13	1,24	5.434	R\$ 1.526.716,27	10.868	R\$ 3.126.373,01	10.868	R\$ 2.974.912,92	10.868	R\$ 2.690.488,08	10.868	R\$ 2.750.310,84	5.434	R\$ 1.271.568,34	54.341	R\$ 14.340.369,47
2	Secretaria de Estado da Justiça	SEJUS	36.388.023/0001-62	29	1,22	5.365	R\$ 1.507.375,34	10.730	R\$ 3.086.767,13	10.730	R\$ 2.937.225,78	10.730	R\$ 2.656.404,13	10.730	R\$ 2.715.469,03	5.365	R\$ 1.255.459,71	53.652	R\$ 14.158.701,13
3	Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo	PRODEST	28.162.790/0001-20	1	0,41	1.785	R\$ 501.492,84	3.570	R\$ 1.026.945,04	3.570	R\$ 977.193,71	3.570	R\$ 883.766,39	3.570	R\$ 903.416,85	1.785	R\$ 417.682,34	17.850	R\$ 4.710.497,17
4	Hospital da Polícia Militar do Espírito Santo	HPM	04.371.703/0001-87	1	0,23	1.000	R\$ 280.898,61	2.000	R\$ 575.217,45	2.000	R\$ 547.350,50	2.000	R\$ 495.019,53	2.000	R\$ 506.026,24	1.000	R\$ 233.954,26	9.998	R\$ 2.638.466,60
5	Polícia Militar do Estado do Espírito Santo	PMES	27.476.373/0001-90	10	0,32	1.390	R\$ 390.456,51	2.780	R\$ 799.567,49	2.780	R\$ 760.831,69	2.780	R\$ 688.090,26	2.780	R\$ 703.389,88	1.390	R\$ 325.202,62	13.898	R\$ 3.667.538,46
6	Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo	IASES	30.967.111/0001-32	6	0,27	1.167	R\$ 327.975,72	2.335	R\$ 671.620,83	2.335	R\$ 639.083,52	2.335	R\$ 577.982,16	2.335	R\$ 590.833,54	1.167	R\$ 273.163,75	11.674	R\$ 3.080.659,52
7	Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos	SEGER	07.162.270/0001-48	3	0,19	842	R\$ 236.642,98	1.685	R\$ 484.591,83	1.685	R\$ 461.115,33	1.685	R\$ 417.029,11	1.685	R\$ 426.301,71	842	R\$ 197.094,73	8.423	R\$ 2.222.775,69
8	Secretaria de Estado da Educação	SEDU	27.080.563/0001-93	186	2,69	11.798	R\$ 3.314.601,05	23.595	R\$ 6.787.560,65	23.595	R\$ 6.458.730,86	23.595	R\$ 5.841.225,90	23.595	R\$ 5.971.105,04	11.798	R\$ 2.760.658,17	117.977	R\$ 31.133.881,67
9	Fundação Inova Capixaba	INOVA	36.901.264/0001-63	3	0,41	1.795	R\$ 504.244,89	3.590	R\$ 1.032.580,60	3.590	R\$ 982.556,26	3.590	R\$ 888.616,23	3.590	R\$ 908.374,53	1.795	R\$ 419.974,45	17.948	R\$ 4.736.346,97
TOTAIS:				252	6,98	30.576	R\$ 8.590.404,22	61.152	R\$ 17.591.224,03	61.152	R\$ 16.739.000,58	61.152	R\$ 15.138.621,78	61.152	R\$ 15.475.227,68	30.576	R\$ 7.154.758,38	305.759	R\$ 80.689.236,68



ANEXO G – Glossário

ÓRGÃO LICITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

OBJETO: Contratação de serviços especializados de gestão e fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) proveniente de fontes incentivadas 50%, por meio de comercializadora varejista devidamente habilitada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Para perfeito entendimento deste Termo de Referência, os termos a seguir terão os significados definidos abaixo:

ACL – Ambiente de Contratação Livre - Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de Contratos Bilaterais livremente negociados, conforme Regras e Procedimentos de Comercialização específicos, de acordo com o disposto no Decreto no 5.163, de 2004.

ACR – Ambiente de Contratação Regulado - Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre Agentes Vendedores e Agentes de Distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme Regras e Procedimentos de Comercialização específicos, de acordo com o disposto no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004.

Agente da CCEE - Qualquer Concessionário, Permissionário ou Autorizado de serviços e instalações de energia elétrica, bem como os Comercializadores e Consumidores Livres e Especiais integrantes da CCEE;

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Órgão responsável pela regulação do setor de energia elétrica.

CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Responsável por viabilizar os processos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado e no ambiente de contratação livre;

CCER – Contrato de Compra de Energia Regulada;

CUSD – Contrato de Uso do Sistema de Distribuição;

Centro de Gravidade - É o ponto virtual onde geração e consumo se igualam num Submercado específico do Sistema Interligado Nacional, nos termos das Regras de Comercialização, onde a Energia Contratada é entregue de forma simbólica, para fins de contabilização;

Ciclo de Faturamento - Corresponde a cada mês do PERÍODO DE FORNECIMENTO ou outro período de medição que venha a ser definido pela CCEE;

CliqCCEE - Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE;

Comercializador Varejista de Energia - Pessoa jurídica de direito privado que recebeu autorização de Autoridade Competente, para realização de operações de compra, venda de energia elétrica e representação varejista, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;

Contratada - Empresa proponente que sagrar-se vencedora do processo de licitação, com a qual o Governo do Espírito Santo celebrará contrato.



Contratante - Governo do Estado do Espírito Santo, por meio do órgão ou entidade responsável, que celebra o contrato administrativo com a empresa vencedora da licitação, visando à execução do objeto contratual conforme as condições estabelecidas no edital.

DEVEC - Declaração do valor de aquisição da energia elétrica em ambiente de contratação livre;

Distribuidora de Energia - Agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;

Encargos Setoriais - São todas as taxas, contribuições, encargos e custos específicos do setor elétrico, incluindo, mas sem se limitar aos Encargos de Serviço do Sistema — ESS, aos Encargos de Energia de Reserva - EER, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;

Energia Elétrica - É a quantidade de energia elétrica ativa consumida durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos;

Energia Consumida - É a quantidade de energia elétrica ativa consumida em cada Mês Contratual, verificada pelo Agente de Medição, no Ponto de Medição da Unidade Consumidora do Contratante;

Energia Elétrica Contratada - É a quantidade de energia elétrica a ser disponibilizada pela Contratada ao Contratante, durante o Período de Fornecimento, expressa em MWh (megawatt-hora) e em MW médio (megawatt- médio);

Energia Elétrica Contratada Anual - É a quantidade de Energia Contratada de cada ano do calendário do Período de Fornecimento previsto neste Contrato, expressa em MWh (megawatt-hora) e em MW médio;

Energia Elétrica Mensal Contratada - É a quantidade de Energia Contratada de cada Mês Contratual do Período de Fornecimento, expressa em MWh (megawatt-hora), obtida através do processo de sazonalização;

Energia Elétrica Mensal Faturável - É a quantidade de energia elétrica a ser faturada pela Contratada referente a cada Mês Contratual, sendo resultante da Energia Consumida no Ponto de Medição da Unidade Consumidora do Contratante, acrescida do Fator de Perdas e abatida a energia contratada no PROINFA;

Fator de Perdas - Fator que reflete as perdas elétricas entre o Centro de Gravidade e o Ponto de Medição da Unidade Consumidora do Contratante;

Flexibilidade - ajuste do volume de energia contratado de acordo com as variações na demanda sem sofrer alterações no preço do contrato;

Fonte Incentivada - (Com direito a desconto na TUSD/TUST conforme Lei 9.427/1996): aproveitamentos hidrelétricos com potência superior a 3.000 kW (três mil quilowatts) e igual ou inferior a 30.000 kW (trinta mil quilowatts), destinados à produção independente ou autoprodução, com características de Pequena Central Hidrelétrica (PCH); empreendimentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 3.000 kW (três mil quilowatts); empreendimentos com base em fonte de biomassa, eólica ou solar fotovoltaica resultantes de leilões de compra de energia ou autorizados antes de 1º de janeiro de 2016 com injeção de até 30.000 kW (trinta mil quilowatts) nos sistemas de transmissão ou distribuição; e empreendimentos com base em



fonte de biomassa, eólica e solar fotovoltaica resultantes de leilões de compra de energia ou autorizados a partir de 1º de janeiro de 2016 cuja potência injetada seja maior que 30.000 kW (trinta mil quilowatts) e menor ou igual a 300.000 kW (trezentos mil quilowatts);

Fonte Convencional - Todas as que não se enquadram na definição de fonte incentivada, exceto empreendimentos com base em fonte de energia com origem nos combustíveis fósseis não renováveis. As fontes de energia convencional, são provenientes de fontes já consolidadas no mercado, como grandes hidrelétricas e as termelétricas;

MCP – Mercado de Curto Prazo - Denominação do processo em que se procede à contabilização e liquidação financeira das diferenças apuradas entre os montantes de energia elétrica seguintes: a) contratados, registrados e validados pelos agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, cujo registro tenha sido efetivado pela Câmara; e b) de geração ou de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE;

Mês Contratual - É todo e qualquer mês do calendário civil que esteja dentro do Período de Fornecimento;

Modulação - Processo de distribuição da energia faturável – EF em montantes horários, em cada ciclo de faturamento;

Modulação flat - Distribuição homogênea do fornecimento de energia faturável – EF em todos os patamares de carga definidos pelas regras de comercialização, em cada ciclo de faturamento;

MW - Megawatt;

MWh - Megawatt hora;

MW médio - Volume de energia elétrica disponibilizado em MWh dividido pelo número de horas do período considerado;

ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, criado pela Lei nº 9.648/98, responsável pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e de transmissão de energia elétrica no sistema interligado;

Patamar de carga - Conjunto de horas caracterizado por nível de potência e por uma duração média, que é obtido a partir da análise de curvas de carga horária típicas de cada submercado;

Perdas - Perdas de transmissão da rede básica ocorridas até ou a partir do ponto de entrega, conforme o caso, fixadas, desde já em 3% (três por cento);

Percentual de Referência para Redução na TUSD - Percentual de referência para redução na componente demanda da TUSD;

Percentual de Redução na TUSD - Percentual de redução a ser aplicado à componente demanda da TUSD verificado no relatório denominado "DCT001 — Desconto do Agente Vendedor, ou aquele que vier a substituí-lo, disponibilizado pela CCEE após processamento da contabilização de cada Mês Contratual;

Período de Apuração - É o intervalo de tempo em que as condições de oferta e demanda de energia levam à definição de um esquema de produção específico e à determinação do respectivo Preço de



Liquidação de Diferenças;

Período de Comercialização - É o menor intervalo de tempo para contabilização das transações de energia elétrica a serem liquidadas na CCEE, conforme definido pelas Regras de Comercialização;

Período Contratual - É o período compreendido entre a data de assinatura do presente contrato e a data do integral cumprimento de todas as obrigações neste previstas;

Período de Fornecimento - É o período durante o qual a Contratada disponibilizará a Energia Contratada para o Contratante;

Ponto de Entrega - É o Centro de Gravidade do Submercado, no qual a energia elétrica contratada será disponibilizada e vendida pela Contratada ao Contratante mediante entrega simbólica, para fins contábeis e de liquidação da compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE;

Ponto de Medição - Local de responsabilidade do Contratante, onde estão instalados os instrumentos para medição de grandezas elétricas da Unidade Consumidora, onde será realizada a leitura da Energia Consumida, pelo Agente de Medição;

Potência - Quantidade de energia elétrica solicitada na unidade de tempo, expressa em W (watt);

Preço Contratual - É o preço da Energia Contratada no Ponto de Entrega, definido para cada ano do Período de Fornecimento, expresso em reais por megawatt-hora (R\$/MWh) e de acordo com a Energia Consumida, sujeito aos reajustes previstos no Contrato;

PLD - Preço de Liquidação das Diferenças - É o preço divulgado pela CCEE, calculado antecipadamente para cada submercado em base horária;

Procedimentos de Comercialização - É o conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica na CCEE, que devem ser respeitados pelas Partes no âmbito do Contrato;

Procedimento de Desligamento pela CCEE - Procedimento administrativo na CCEE, no qual o agente é desligado pelo descumprimento de regra setorial, ou que deixar de atender aos requisitos legais/normativos inerentes à condição que permite sua atuação no âmbito do Ambiente de Contratação Livre – ACL;

Procedimentos de Rede - São os documentos aprovados pela ANEEL e elaborados pelo ONS, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN; e as responsabilidades do ONS e dos agentes;

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei Nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo art. 2º da Lei nº 10.889, de 25 de junho de 2004;

Racionalização - É a redução temporária formalmente incentivada por Autoridade Competente, adotada de forma voluntária ou não, do consumo ou contratos de energia elétrica para o Submercado ou região elétrica onde está localizada a Unidade Consumidora ou Geradora, ou o Submercado do Ponto de Entrega deste Contrato ou quaisquer outros incentivos ou determinações do Poder Público para a redução



do consumo de energia elétrica de caráter emergencial;

Racionamento - É a redução temporária e compulsória do consumo, contratos de energia elétrica ou de uso dos sistemas de distribuição, decretada por Legislação, para o Submercado ou região elétrica onde está localizada a Unidade Consumidora ou Geradora, ou o Submercado do Ponto de Entrega deste Contrato;

Rede Básica - instalações pertencentes ao Sistema Interligado Nacional, identificadas segundo as regras e condições estabelecidas pela ANEEL;

Regras de Comercialização - É o conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, aplicáveis à comercialização de energia elétrica na CCEE;

Sazonalização - é a distribuição dentro de cada Período de Fornecimento das quantidades de Energia Contratada Anual, pelo Contratante, conforme limites estabelecidos;

Sistema de Coleta de Dados de Energia Elétrica – SCDE - Sistema computacional que realiza a coleta e tratamento dos dados de medição que serão utilizados na contabilização, para a formação do PLD, na gestão dos encargos de transmissão, entre outros;

Sistema Interligado Nacional - SIN: é o conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente;

SMF – Sistema de Medição para Faturamento;

Submercado - São divisões do SIN para as quais são estabelecidos PLDs específicos e cujas fronteiras são definidas em razão da presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de energia elétrica no SIN;

TUSD - Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição a serem cobradas do Consumidor Livre ou Especial pelo uso das redes de distribuição das concessionárias do local onde o mesmo está conectado;

Unidade Consumidora (UC) - instalação ou instalações de propriedade do Contratante, onde será entregue fisicamente a Energia Contratada pela Concessionária de Distribuição local.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

ANEXO II – MODELOS DO EDITAL

ANEXO II.A - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

_____ de _____ de _____.

PREGÃO Nº 001/2026

Empresa: (Nome da Empresa)

À Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER

Prezados Senhores,

Pelo presente, formulamos nossa Proposta Comercial, de acordo com todas as condições do Pregão Eletrônico/SEGER n.º 001/2026 e seus anexos.

Tabela 1 – Lote único da contratação

Item	Período	Código SIADES	Código ComprasGov	Descrição / Especificação	MW Méd.	Energia [MWh]	Valor Unitário [R\$]	Valor Total [R\$]
1	2026 (após 01/07/2026)	288629	27863	ENERGIA ELETTRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE - TIPO ENERGIA: INCENTIVADA / RENOVÁVEL; MODALIDADE: VAREJISTA PREÇO FIXO COM ENCARGOS; PERÍODO: 01	6,98	30.576	280,95	8.590.404,22
2	2027	288631	27863	ENERGIA ELETTRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE ...	6,98	61.152	287,66	17.591.224,03
				PERÍODO: 02				
3	2028	288627	27863	ENERGIA ELETTRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE ...	6,98	61.152	273,73	16.739.000,58
				PERÍODO: 03				
4	2029	288626	27863	ENERGIA ELETTRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE ...	6,98	61.152	247,56	15.138.621,78
				PERÍODO: 04				



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

5	2030	288628	27863	ENERGIA ELETTRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE ...	6,98	61.152	253,06	15.475.227,68
				PERÍODO: 05				
6	2031	288630	27863	ENERGIA ELETTRICA - FORNECIMENTO MERCADO LIVRE ...	6,98	30.576	234,00	7.154.758,38
				PERÍODO: 06				
TOTAL DA CONTRATAÇÃO					6,98	305.759	R\$ 80.689.236,67	

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação.

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças, além de compreender a integralidade dos custos de direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajuste de conduta vigentes, de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

4 - Indicamos a seguinte modalidade de garantia do contrato, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021: _____

Atenciosamente,

(Nome do representante e assinatura)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/_____
Pregão nº 001/2026
Processo Licitatório nº 2025-K21B7
Processo Contratual nº _____
ID CidadES nº 2026.500E0600002.01.0001
ID PNCP nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DO (NOME DO ÓRGÃO) E A EMPRESA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL).

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **(nome do órgão)**, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher), com sede na **(endereço completo)**, representada legalmente pelo seu **(cargo e nome)**, nomeado(a) pelo Decreto/Portaria nº _____, de ____ de _____ de 20__ (preencher), publicada no DIO de ____ de _____ de 20__ (preencher), portador da Matrícula Funcional nº _____ (preencher) e a Empresa **(nome completo)**, doravante denominada CONTRATADA, com sede **(endereço completo)**, inscrita no CNPJ sob o nº _____ (preencher) neste ato representado(a) por **(nome e função no contratado)**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente CONTRATO de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL)**, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, Decreto 5.352-R/2023 e Decreto Estadual 5.545-R/2023, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) o Edital e todos os seus Anexos;
- (b) a Proposta Comercial da Contratada.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

2.1 - O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____), considerando a vigência de 60 meses, assim distribuído:

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos (impostos etc.), encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.4 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, cujo termo inicial será mês / ano (preencher).

2.5 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$VR = \frac{V(I-I^0)}{I^0} \quad \text{onde:}$$

VR = Valor do reajuste;

V = Valor atual do contrato ou da parcela a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente ao mês-base;

I = Índice relativo ao mês de reajuste.

2.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.8 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.9 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

2.10 - O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

2.11 - Compete à CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo CONTRATANTE, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo, e demais documentos comprobatórios do pleito.

2.12 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei 14.133/2021.

2.13 - O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

2.14 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual 5545-R/2023 e na Lei 4.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 7 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses consecutivos, englobando o período de migração do ACR para o ACL e o fornecimento efetivo de energia elétrica a partir deste último ambiente, e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

4.1.1 - Em caso de circunstância que impeça a publicação no PNCP, o extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, sendo a vigência contado do dia posterior ao da publicação, nos termos do parágrafo único do art. 4º do Decreto 5.545-R/2023.

4.2 - A gestão do contrato, inclusive quanto à prorrogação, deve observar o que disposto no art. 22 do Decreto Estadual 5545-R/2023 e em orientações complementares da Administração Estadual.

4.3 - Não obstante o prazo estipulado nesta Cláusula, aplica-se a este Contrato as hipóteses de extinção previstas no art. 106, III, da Lei 14.133/2021, mediante justificativa da medida excepcional e prévia oitiva da Procuradoria-Geral do Estado, constituindo condições resolutivas do contrato:

4.3.1 - a inexistência ou insuficiência de dotações orçamentárias nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

4.3.2 - a ausência de vantagem para a Administração na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

4.4 - Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas acima, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

5.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: _____ (preencher);
Fonte de Recursos: _____ (preencher);
Programa de Trabalho: _____ (preencher);
Elemento de Despesa: _____ (preencher);
Plano Interno: _____ (preencher).

5.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1 - A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual no valor de R\$ _____ (preencher), na modalidade de _____ (preencher), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

6.2 - O prazo de garantia de execução contratual e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 4.4 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.3 - Considerando que os itens do objeto foram estruturados por períodos anuais de fornecimento, com valores distintos a cada ano, a garantia deverá ser obrigatoriamente atualizada/recomposta em até 10 dias após o aniversário do contrato, de modo a corresponder a 5% do valor vigente daquele ano, conforme planilhas de custos, reajustes, repactuações, reequilíbrios e/ou aditivos aplicáveis, independentemente da vigência remanescente da apólice, carta de fiança ou instrumento equivalente.

6.4 - Ocorrendo prorrogação de prazo ou aumento no valor contratual decorrente de acréscimos ou do reequilíbrio econômico-financeiro, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá a CONTRATADA proceder a renovação e/ou ao reforço da garantia inicial, proporcionalmente ao aumento de valor.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

6.5 - A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive nos casos de Termo Aditivo.

6.5.1 - A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

6.5.2 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

6.5.3 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam nos itens 5 e 6 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 - Compete à Contratada:

8.1.1 - Cumprir na íntegra todas as obrigações, as condições e os prazos relativos à execução dos serviços contratados, conforme definido no Termo de Referência;

8.1.2 - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

8.1.3 - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021;

8.1.4 - garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia e/ou vigência, conforme definido no Termo de Referência.

8.1.5 - Visando ao regular cumprimento do contrato firmado com a Administração Pública, a CONTRATADA, nos termos do Decreto 4.251-R, de 21 de maio de 2018, se obriga a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advindos do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar 879/2017.

8.2 - Compete à Contratante:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

8.2.1 - efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

8.2.2 - definir o local para execução dos serviços contratados, conforme definido no Termo de Referência;

8.2.3 - designar servidor(es) responsável(eis) pelo acompanhamento e fiscalização da execução do(s) serviço(s) contratado(s), conforme definido no Termo de Referência;

8.2.4 - Emitir decisão sobre eventuais solicitações ou reclamações relacionadas à execução do contrato no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2.5 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2.6 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.3 - Da Proteção de Dados Pessoais.

8.3.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Estadual 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

8.3.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

8.3.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

8.3.3.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

8.3.3.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

8.3.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

8.3.4 - As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

8.3.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

8.3.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal 13.709/2018.

8.3.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

8.3.8 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

8.3.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

8.3.10 - **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

8.3.11 - **Responsabilidade.** A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

8.3.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

8.3.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

8.3.14 - A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

8.3.15 - Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

8.3.16 - **Eliminação.** Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

9 - CLÁUSULA NONA: DOS ADITAMENTOS

9.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14.133/2021, mediante manifestação formal da Procuradoria-Geral do Estado ou em conformidade com norma editada pela Procuradoria que dispense a análise jurídica.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- (a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- (b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- (c) der causa à inexecução total do contrato;
- (d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- (e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- (f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- (g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- (h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

10.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

10.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

10.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

10.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

10.2.4 - Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

10.2.4.1 - Multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

10.2.4.2 - Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

10.2.4.3 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1;

10.2.4.4 - Multa compensatória de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “c” do subitem 10.1.

10.2.4.5 - Multa compensatória de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1.

10.2.4.6 - Multa compensatória de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d” do subitem 10.1.

10.2.4.7 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1.

10.2.4.8 - Multa compensatória, nos termos da cláusula décima primeira.

10.3 - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

10.4 - Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.5 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

10.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

10.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- (a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- (b) as peculiaridades do caso concreto;
- (c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- (d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- (e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

10.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

10.9.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

10.9.2 - A notificação deverá ocorrer eletronicamente, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

10.9.2.1 - Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.9.2.2 - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.9.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

10.9.4 - O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

10.9.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

10.10 - A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.11 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

10.12 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

10.13 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

10.14 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

10.15 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

10.15.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

10.16 - A CONTRATADA que subcontrate, total ou parcialmente, o objeto contratado, associe-se com outrem, ceda ou transfira, total ou parcialmente, o objeto do instrumento



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

contratual, bem assim realize a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, formalizada por termo aditivo ao contratado, sofrerá a rescisão contratual e a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

10.17 - Caso o poder público (agências reguladoras, órgãos de fiscalização ambiental, dentre outros) ou a concessionária de energia elétrica venha a cominar penalidades ao CONTRATANTE em razão de ação, omissão, negligência, imprudência ou imperícia da CONTRATADA e/ou de quaisquer dos terceiros por ele indicados para fins de execução de serviços relacionados ao contrato, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo pagamento da aludida penalidade.

10.18 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

10.19 - As penalidades de que trata este instrumento observarão também, o disposto no item 11 do Termo de Referência.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL, SOCIAL OU TRABALHISTA

11.1 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

11.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

11.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

11.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

11.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

12.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

13.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo gestor e pelo fiscal designados pela autoridade competente do órgão ou entidade, os quais representarão a Administração e confirmarão o recebimento do objeto contratado, observadas as disposições deste contrato. Sem esse recebimento, não será permitido qualquer pagamento.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

15.1 - Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, (preencher no momento de assinatura do contrato, com nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa).

15.2 - O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais - EDOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para assinatura, envio e recebimento de documentos oficiais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.2 - Na ausência de prazo previamente estabelecido para o cumprimento de determinações emitidas pelo Contratante, será aplicado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de ciência formal da determinação pela Contratada. Esse prazo poderá ser prorrogado, a critério exclusivo do Contratante, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela Contratada.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Local, ____ de _____ de _____ (preencher).

Nome da Contratante
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Nome da Contratada
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARISSOL PASSOS CORREA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
GELIC - SEGER - GOVES
assinado em 03/02/2026 13:41:25 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 03/02/2026 13:41:25 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARISSOL PASSOS CORREA (AGENTE DE CONTRATAÇÃO - GELIC - SEGER - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-55JG7F>